



Universidade Federal  
de São João del-Rei

**GEOGRAFIA**

**Raquel Maria Alves**

**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E INCENTIVOS FISCAIS:  
estudo de caso do município de Itatiaia (RJ)**

**São João del-Rei/MG  
Novembro/2019**

**Raquel Maria Alves**

**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E INCENTIVOS FISCAIS:  
estudo de caso do município de Itatiaia (RJ)**

Monografia apresentada à Coordenadoria do Curso de Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo

**São João del-Rei/MG  
Novembro/2019**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)  
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A474u Alves, Raquel Maria.  
    Uso corporativo do território e incentivos fiscais  
    : estudo de caso do município de Itatiaia (RJ) /  
    Raquel Maria Alves; orientador Márcio Roberto Toledo.  
    -- São João del-Rei, 2019.  
    54 p.

Trabalho de Conclusão (Graduação - Geografia) -  
Universidade Federal de São João del-Rei, 2019.

1. Incentivos fiscais. 2. Multinacionais. 3. Uso  
corporativo. 4. Itatiaia. 5. Território. I. Toledo,  
Márcio Roberto , orient. II. Título.

**USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO E INCENTIVOS FISCAIS:**

**Estudo de caso do município de Itatiaia (RJ)**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo**

**Orientador**

---

**Prof. Dr. Ivair Gomes**

**Avaliador**

**São João del Rei, 20 de Novembro de 2019.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe Ana Lucia e irmãs Rayane e Roberta que sempre me apoiam e incentivam da melhor forma que podem, e demais familiares andrelenses;

À Universidade Federal de São João del-Rei pela oportunidade cursar essa ciência tão querida e de residir durante toda a graduação na Moradia Estudantil;

Ao meu orientador Prof. Márcio Roberto Toledo pela orientação, apoio e confiança, aos professores André Negreiros, Carla Juscélia, Ítalo Sousa de Sena, Ivair Gomes, Ivan Pimentel, Lígia Aguiar, Marcos Oliveira, Tatiane Godoy, Thiago Santos e demais professores do DEGEO pelos ensinamentos;

À secretária do curso, Wânia Longatti, pelas conversas, cafés e maravilhosa companhia durante o período de graduação;

Às meninas do apartamento 401, Liliane Crislaine e Lucimélia Romão, bruxas do meu coração, que convivem comigo ao longo destes anos todos numa relação de muita aprendizagem, parceria, conflitos (essenciais), lágrimas e as melhores risadas;

Aos melhores amigos que a faculdade poderia ter me dado, Gabriela Souza, Mariana Santos, Marco Délia, Rafael César, que me acompanham desde o primeiro ano de faculdade e vivem os melhores e piores momentos, construindo dia-a-dia uma relação de amizade linda;

Aos meus amigos de curso, em especial a galera do Laboratório de Geografia Humana e as amigas da Moradia Estudantil que dividem momentos muito especiais desde o início da graduação.

*“A vida não é só isso que se vê.*

*É um pouco mais...”*

Paulinho da Viola

## RESUMO

A utilização de incentivos fiscais por estados e municípios brasileiros visando atrair empresas para seus territórios se intensificou na década de 1990 diante das mudanças no modelo econômico adotado no país, e uma maior autonomia política, administrativa e financeira, permitida pela Constituição Federal de 1988. Diante destas condições, empresas multinacionais já instaladas ou interessadas em construir fábricas no país, passaram a escolher no território, pontos que oferecessem melhores infraestruturas físicas e normativas, culminando em reestruturação produtiva do território e em mudanças nas dinâmicas espacial, econômica e social de áreas que sofreram sua atuação direta. A análise qualitativa e quantitativa destes aspectos a partir de dados de fontes secundárias, permitiu verificar os usos que se faz do território, onde é a metodologia do presente trabalho, que tem o município de Itatiaia/RJ como área de estudo, compreendendo o período de 1991-2018. Longe de esgotar o tema, foram reunidos fatos que vem ocorrendo em Itatiaia que, em aspectos gerais, não diferem de situações já abordadas na literatura. A utilização de amplos incentivos, que culminaram na instalação de multinacionais de diversos setores, as exigências passadas e atuais, em infraestruturas realizadas por estas, a rápida valorização do município, a elevada dependência da prefeitura em relação a transferências externas e a agregação de empresas de mesmo setor fazem parte destas situações. Estas empresas só se implantam em Itatiaia quando o município reúne as condições que as permitam maiores lucros e, devido ao estabelecimento de metas específicas, a busca incessante pelo aperfeiçoamento e adaptação ao mercado global, segundo regras de competitividade que passam a exigir mais. O conhecimento sobre essas práticas utilizadas em escala nacional, nos permite refletir sobre os possíveis impactos futuros das políticas de incentivos fiscais e territoriais nos lugares e no país diante do uso corporativo do território.

**Palavras-chave:** Incentivos-fiscais; Multinacionais; Uso corporativo; Itatiaia; Território;

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> EMPRESAS INSTALADAS EM ITATIAIA (2018) .....	17
<b>TABELA 2:</b> INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS DE ITATIAIA (1991, 2000 e 2010) .....	23
<b>TABELA 3:</b> PRINCIPAIS ISENÇÕES DO PRODEMI (2009 e 2014) .....	31
<b>TABELA 4:</b> VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ATIVOS POR SETOR EM ITATIAIA (2017) .....	41
<b>TABELA 5:</b> CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS NA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE (2018) .....	42

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Evolução das receitas de Itatiaia no período 1997-2017.....	24
<b>Gráfico 2:</b> Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes de Itatiaia de 1999 - 2016.....	25
<b>Gráfico 3:</b> Evolução do Produto Interno Bruto por setor a preços correntes, de Itatiaia de 1999 - 2016.....	26
<b>Gráfico 4:</b> Número de estabelecimentos por setor em Itatiaia no período de 1991 - 2009.....	28
<b>Gráfico 5:</b> Número de vínculos ativos por setor em Itatiaia de 1991 a 2009.....	29
<b>Gráfico 6:</b> Número de estabelecimentos por setor em Itatiaia de 1991 a 2017.....	39
<b>Gráfico 7:</b> Vínculos empregatícios por setor em Itatiaia de 1991 a 2017.....	40

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Regiões de governo e municípios do estado do Rio de Janeiro em destaque o município de Itatiaia.....	16
Figura 2: Imagem aérea do distrito-sede de Itatiaia, principais vias de circulação e seu polo industrial em 2019.....	19
Figura 3: Empresas instaladas em Itatiaia a partir do PRODEMI.....	34
Figura 4: Localização do Polo Industrial de Itatiaia e principais empresas instaladas.....	37

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Breve Histórico de consolidação do município de Itatiaia.....</b>	<b>19</b>
<b>2. RUMO À CIDADE DO FUTURO?.....</b>	<b>22</b>
<b>3. O USO DO TERRITÓRIO E OS INCENTIVOS .....</b>	<b>45</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Geografia analisa o uso que empresas multinacionais fazem do território brasileiro e as políticas de incentivos fiscais exercidos, principalmente por estados e municípios, nos últimos 27 anos, tendo como área de estudo o município de Itatiaia, situado na porção sul do estado do Rio de Janeiro.

Presentes no território brasileiro em elevada quantidade a partir da década de 1990, principalmente as automobilísticas, estas empresas instalaram-se em partes do território que apresentavam os melhores equipamentos (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, geração de energia, terrenos preparados) e políticos (com governos criando normas e leis que as favoreçam) que culminaram na reorganização produtiva do território brasileiro (SILVA, 2005, p.4).

Ao se estabelecer em pontos específicos do território, que atendam seus interesses e demandas e garantam uma posição vantajosa em nível internacional, essas empresas multinacionais imprimem nesses pontos uma lógica global. Além disso, encorajam os governos a construir sistemas de engenharias de que necessita e exerce poder sobre outras empresas ao controlar recursos que são necessários a estas últimas, além de influenciarem o contexto político, econômico, social do município em que se instalam (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Essa instalação seletiva não é um fato novo na década de 1990. Nas décadas anteriores, empresas já selecionavam pontos que melhor atendessem suas demandas de produção e que contassem com melhores infraestruturas, levando à uma concentração geográfica da produção industrial em algumas cidades ou áreas metropolitanas como São Paulo e Rio de Janeiro (DINIZ e CROCCO, 1996, p.78).

Estes dois estados, ao longo do tempo, receberam muitos investimentos, pela importância diante das atividades econômicas desenvolvidas desde o período colonial, como afirma Kuhl (1994, p.252), além de possuírem maior população, se encontrarem no eixo-administrativo do país e serem a área econômica mais ativa do país.

No período colonial, com uma ocupação inicialmente litorânea e posteriormente interiorana, o território brasileiro se constituiu por muito tempo em “ilhas econômicas” que não se comunicavam entre si, mas que mantinham relações com o exterior e se constituíam em espaços produtivos importantes, sendo dotados com algumas infraestruturas básicas (SANTOS e SILVEIRA, 2001; MORAES, 2005).

Com a independência verificam-se obras de infraestrutura sendo realizadas em pontos específicos do território, considerados importantes para as atividades econômicas desenvolvidas no país. A construção de estradas de ferro, interligando à Corte a outras províncias, posteriormente, servindo ao escoamento da produção até os portos; estudos e projetos de melhoramentos dos portos brasileiros existentes até então (os mesmos não possuíam cais para atracação direta); sistemas de abastecimento de água, esgoto e tentativas de resolver problemas de alagamentos e enchentes nas principais capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre); abertura de estradas (algumas poucas macadamizadas), construção das primeiras usinas hidrelétricas e presença de algumas indústrias de bens de consumo localizadas próximas às matérias primas e fontes de energia, e pequenas siderúrgicas privadas (VARGAS, NAGANIMI, KATINSKY, 1994). Empresas para administrar esses sistemas técnicos também foram criadas (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p 35).

Após a 2ª Guerra Mundial, buscou-se criar uma organização interna do território voltada para o estabelecimento de um mercado interno, parcialmente unificado em termos de transporte, via política rodoviária, de uma urbanização interior que permitiu certa difusão, embora ainda concentrada em poucos centros com suas hinterlândias da modernidade pelo território (SILVA, 2005, p.6). Apoiando-se na ideia de “modernizar o território”, o que significaria reorganizá-lo e ocupá-lo, dotá-lo de infraestruturas e conectar suas partes, com o Estado planejando as políticas – discurso que vai permear os governos a partir de Getúlio Vargas até o fim do governo ditatorial (MORAES, 2005).

Neste período é possível observar a expansão dos diversos sistemas de engenharias sobre o território: ferrovias, rodovias, portos, hidrelétricas, sistemas de abastecimento de água e esgoto (VARGAS, NAGANIMI, KATINSKY, 1994). Há ainda, o desenvolvimento das comunicações internas, cabo submarino facilitando as relações externas e difusão do telégrafo (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Foram construídas indústrias de base como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no Estado do Rio de Janeiro e a Usiminas em Minas Gerais (DANTES e SANTOS, 1994). Além disso, o Estado estabeleceu planejamentos voltados ao ordenamento do território (planejamento urbano, regional, zonas metropolitanas etc.), chegando ao auge na virada da década de 1960 para 1970 (DEAK, 2010, p. 13).

Observa-se também a extinção de barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados da União, política cambial favorecendo a indústria em detrimento das demais atividades

econômicas, posteriormente a modernização do aparelho estatal indispensável à modernização da economia nacional, sua melhor inserção na economia internacional e as facilidades abertas à entrada do capital estrangeiro (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 43).

No período militar houve uma nova onda modernizadora (conservadora e autoritária), onde o Estado, procurando uma modernização acelerada, sustentou níveis elevados de investimentos públicos e intervenção direta nos aparatos produtivos. Foram criados complexos e polos industriais, ampliaram-se as redes de transporte, constituíram-se redes de aeroportos no território, um sistema de telecomunicações e incentivada a modernização da agricultura (SILVA, 2005, p.6; SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Tozzi (2009, p.53) afirma que esse grande movimento do Estado investindo na criação e modernização de enormes infraestruturas que posteriormente foram transferidas para o comando privado, foi uma preparação do território para seus posteriores usos corporativos, a partir da mudança no modelo econômico brasileiro.

Desde o período Vargas até o período militar, um modelo econômico de substituição de importações foi adotado, com importante e decisiva participação do Estado na economia (o chamado nacional-desenvolvimentismo) que, no entanto, não conseguiu equacionar graves problemas sociais existentes no Brasil, como a concentração de renda e o aumento da miséria (IADEROZZA, 2007, p.4).

O início da década de 1980 foi marcado por uma grave crise econômica, criando segundo Iaderozza (2007), condições para que houvesse uma mudança no modelo econômico brasileiro. Ao final desta década foram adotadas políticas de cunho neoliberal em que medidas como desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, redução progressiva do tamanho do Estado na economia tomadas dentro de um pacote de dez medidas que se adotadas fariam o país retomar o crescimento e distribuir melhor a renda (IADEROZZA, 2007, p.3-5).

A adoção desse pacote de medidas neoliberais acarretou mudanças importantes no uso do território, influenciadas também pela maior descentralização político-administrativa, promovida pela Constituição Federal de 1988, originada no processo de redemocratização do país, diminuição das políticas de desenvolvimento regional do governo federal brasileiro, a revolução técnico-científica-informacional e a globalização. Santos e Silveira (2012, p.302-303) apontam que,

A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando esse uso mais seletivo do que antes. O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e de serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p.302-303).

Silva (2005, p.11) afirma que durante a década de 1990, ressurgiram os incentivos fiscais oferecidos pelos governos como forma de atrair investimentos que, associados aos fatores anteriormente citados, favoreceram o uso corporativo.

Para atraírem empresas estados e municípios reduzem ou eliminam as alíquotas sobre impostos. Incidindo principalmente sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo que os dois primeiros cabem ao município e o último ao estado, é comum que estas ações estejam inseridas em programas estaduais e municipais visando o desenvolvimento econômico e acompanhados de mecanismos de financiamento para o pagamento dos impostos das empresas que aceitem investir em seus territórios.

Com certa autonomia fiscal até a década de 1960, os Estados foram proibidos a partir desta de estabelecer alíquotas internas para o ICMS e de criar impostos voltados diretamente para a atração de empreendimentos industriais. A lei nº 5.173 de 25 de outubro de 1966 e o ato complementar de nº 34 de 30 janeiro de 1967 representaram dispositivos contra a disputa por investimentos entre os Estados no período e foi capaz de impedir o surgimento de programas mais agressivos, embora os estados tivessem mantidos seus programas de atração de investimentos (SILVA, 2005, p.14-15).

Com a maior descentralização político-administrativa promovida pela Constituição Federal de 1988 e a maior autonomia para legislar, tanto estadual quanto municipal, segundo seus interesses, começam a surgir conflitos fiscais tendo, por exemplo, o deslocamento de plantas industriais (setores têxtil e de calçados) do Sul/Sudeste para o Nordeste em busca de além dos incentivos fiscais, mão de obra barata e redução dos custos de transportes para atingir o mercado externo (SILVA, 2005, p.17).

Neste contexto empresas multinacionais interessadas em expandir seus mercados e obterem maiores lucros instalam ou expandem suas fábricas no Brasil, beneficiando-se além das condições acima citadas, da consolidação do MERCOSUL, as Câmaras Setoriais e o Novo Regime Automotivo (principal política industrial do governo federal nos anos 1990 que prevê a redução de impostos sobre a importação) (PAIVA, 2016, p.16). E ainda

O aumento do crédito, a flexibilização das leis trabalhistas e os salários mais baixos em relação aos países centrais foram motivos básicos para a maior atratividade do país ante seus vizinhos na disputa por novas plantas industriais (ARBIX, 2006; CARDOSO, 2006 *apud* DULCI, 2018).

No que Santos e Silveira (2012) chamam de “reorganização produtiva do território” houve naquele momento a ocupação de áreas até então periféricas e remodelação de regiões já ocupadas, recebendo a instalação de empresas que seguem o modo de produção pós-fordista ou flexível, em que há elevada dependência dos meios de comunicação e tecnologia de informação, além de máquinas e equipamentos de última geração, ativação ou reativação de diferentes modelos de produção, qualificação, organização *just in time*, cooperação entre firmas e flexibilidade dos contratos de trabalho (RAMOS, 2005, p.42-44; p.88; PAIVA, 2016, p.17).

Estas empresas, com distintas trajetórias espaciais e com estratégias, organização espacial e comportamentos próprios, são segundo Rios (1998, p. 52-53), “atores de primeira linha na intensificação da divisão técnica e social do trabalho e, por conseguinte, na especialização produtiva de determinadas regiões” considerando o alargamento do espaço de intervenção destes atores, o grau de concentração, o tamanho, a multilocalização e a diversificação setorial, que induziram a modificações importantes no contexto internacional e regional levando-os a processos de reestruturação produtiva.

Ainda segundo esta autora, este processo,

engloba microdecisões de eficiência técnico-produtiva, diferentes formas de flexibilização da produção, a diversidade de estratégias de sistemas localizados, os diferentes contextos locais e regionais que permitem a alocação de investimentos com vistas à exploração dos recursos construídos (aquisições, fusões, seletividades espacial dos investimentos, etc.), as novas regulamentações e tantos outros elementos utilizadas pelas grandes corporações, sem no entanto, excluí-las desse processo. Este, ainda confere, segundo Durand *et. al.* (1992, *apud* RIOS, 1998, p.54.), um caráter mundial aos lugares, em outras palavras, cada lugar torna-se mundial, pelo interesse que desperta nos grupos constitutivos do oligopólio mundial (RIOS, 1998).

As empresas se aproveitaram também das práticas de políticas individuais e competitivas de estados e municípios visando atrair empreendimentos, conhecida como “guerra fiscal”, entendida como disputa de Estados e municípios por investimentos privados em seus territórios, e justificada pela busca por desenvolver economicamente as localidades e estados que recebam a instalação (DULCI, 2016; SILVA, 2005).

Estas também interferem na dinâmica espacial de áreas que sofrem sua atuação direta impactando tanto em outras indústrias como nos setores agrícolas e de serviços, influenciando o

comportamento do poder público, o emprego, o consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infraestruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a estrutura do gasto público, a imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 293).

Tendo em vista que com o fim de partes destes benefícios há a possibilidade dos empreendimentos instalados ali e em outras cidades da região buscarem outras localidades que ofereçam mais e melhores vantagens e do impacto que estas empresas causam no território, é importante compreender e analisar a relação destas com o desenvolvimento local e refletir sobre os possíveis impactos futuros destas políticas no município.

Partindo da análise da implantação de infraestruturas, as dinâmicas econômicas e sociais, as políticas dos governos e das empresas, das normas e leis utilizadas na regulação, das regras de financiamento, que segundo Santos e Silveira (2012, p.21), permitem verificar os usos que se faz do território, buscou-se analisar esta relação no município de Itatiaia/RJ, escolhido como área de estudo por abrigar hoje grandes multinacionais de variados setores que recebem incentivos fiscais, e já ter sido reconhecida internacionalmente pela sua capacidade em atrair estes empreendimentos.

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu na análise dos aspectos acima citados e pode ser definida em três momentos: primeiro: apresentação da situação atual de Itatiaia através da caracterização da área; segundo: volta-se ao processo histórico para explicá-la, assim, realiza-se levantamento de dados sociais e econômicos a partir de fontes secundárias - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ); e levantamento de informações quanto à instalação de empresas no município e o papel desempenhado pela Prefeitura Municipal e pelo Estado na dotação de infraestruturas físicas, sociais e normativas tendo como fontes a própria Prefeitura Municipal, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), a Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ); e reportagens de jornais.; terceiro: foi realizada análise crítica das questões levantadas nos capítulos anteriores, mas compreendido e explicado, apontando perspectivas.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, é realizada uma caracterização da área de estudo identificando seus usos e dinâmicas atuais e realizado uma volta ao processo histórico para explicar a situação encontrada, uma vez que conforme Milton Santos os usos que se faz do

território são diferentes nos diversos momentos históricos e a atualidade do espaço é formada por momentos que já foram (SANTOS, 2007).

No segundo capítulo, adentra-se na análise do município a partir da década de 1990 até os anos mais recentes buscando identificar sua dinâmica econômica e social antes e após a implantação do Programa de Incentivos Fiscais do Município de Itatiaia e a implantação de multinacionais no local.

No último capítulo é realizada análise sobre o uso que as multinacionais realizam do território de Itatiaia e os impactos presentes e futuros destes no próprio município, mas também na sua microrregião e estado do Rio de Janeiro.

## 1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Itatiaia é um município brasileiro situado no sul do estado do Rio de Janeiro na Mesorregião Sul Fluminense e Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, segundo a divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e na Região do Médio Paraíba, segundo a divisão estabelecida pelo Governo do Rio de Janeiro na figura 1.



**Figura 1:** Regiões de governo e municípios do estado do Rio de Janeiro em destaque o município de Itatiaia.

Fonte: Fundação CEPERJ, 2019.

De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), possui população total de 28.783 habitantes localizada majoritariamente em área urbana, em uma área total de 241,035

km<sup>2</sup>, abrangendo o distrito-sede (Itatiaia), os distritos de Penedo, Maromba e Maringá, e parte do Parque Nacional de Itatiaia (cerca de 35,61% segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio). Sua densidade demográfica corresponde a 127,71 hab./km e a população estimada pelo IBGE para o ano de 2018 é de 31.537.

O município está entre os vinte com maiores valores de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2010), que considera aspectos educacionais, longevidade e renda da população (com valores variando de 0,700 a 0,799). A expectativa de vida é em torno de 75,2 anos (média), e 34,2% de sua população economicamente ativa (entre 16 e 65 anos) está empregada formalmente em diversos setores da economia com salário médio em torno de 2,8 salários mínimos mensais (IBGE, 2017).

O setor de serviços apresenta maior contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB), seguido pela indústria e agropecuária que apresenta valor muito baixo. Há instaladas em seu Polo Industrial grandes empresas nacionais e multinacionais (Tabela 1) que empregam o maior número de pessoas e busca-se atualmente aprofundar atividades voltadas para a agropecuária e também o turismo no Parque Nacional e nos seus distritos.

**TABELA 1: EMPRESAS INSTALADAS EM ITATIAIA (2018)**

<b>EMPRESA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
ARNO	Empresa de eletrodomésticos criada por brasileiros em 1945 foi adquirida pelo Grupo SEB-organização francesa com liderança mundial na fabricação de eletroportáteis em 1997.
BioChimico	Empresa farmacêutica criada em 1925 por brasileiros, é um dos principais fornecedores dos antibióticos mais usados no Brasil.
IBR-Lam (IBRAME)	Indústria Brasileira de Metais S/A criada em 1957 se dedica à produção de laminados de alumínio e trefilados de cobre.
Hyundai Heavy Industries	Fabricante de máquinas pesadas e veículos industriais, com sede na cidade de ULSAN na Coreia do Sul e criada em 1972. Atualmente possui fábricas em 7 países.

Jaguar Land Rover	Maior fabricante de automóveis do Reino Unido e comercializa seus produtos em mais de 170 países.
Michelin	Fabricante de pneus com sede em Clermont- Ferrart, na França, fundada em 1891 e presente atualmente em mais de 21 países em todos os continentes.
Multiterminais Logística Integrada	Atua no estado do Rio de Janeiro desde a década de 1980 e hoje situa-se entre as maiores operadoras de terminais portuários e portos secos do Brasil, sendo uma das mais importantes empresas de prestação de serviço ao comércio exterior.
Pátria Investimentos	Um dos maiores gerenciadores de investimentos alternativos focados nos ativos da América Latina a empresa está presente em 9 países.
Procter & Gamble (P&G)	Corporação multinacional americana criada em 1837, que reúne atualmente um conglomerado de empresas com mais de 380 marcas por todo o mundo.
Rayovac	Fabricante de pilhas, lanternas e lâmpadas, criada em 1906 nos Estados Unidos, pertence atualmente ao grupo Spectrum Brands presente em 160 países.
Xerox	Empresa estadunidense fundada em 1906, líder mundial de processos de negócios e gerenciamento de documentos com sede em Norwalk, Connecticut, nos Estados Unidos.

Org.: Raquel Alves, 2019.

O município possui localização estratégica: proximidade com as grandes metrópoles e centros econômicos nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo), em uma região com suporte logístico facilitado, com disponibilidade de rodovias, ferrovia e proximidade com portos (Santos, Rio de Janeiro, Sepetiba e Angra dos Reis).

É atravessado pelas rodovias federais Presidente Dutra (BR-116), que perpassa longitudinalmente grande parte do território da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, conectando as metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo e é a principal ligação entre o Nordeste e o Sul do Brasil; e a BR-485 que garante acesso ao Parque Nacional de Itatiaia (ParNa), ambas administrada pela Concessionária CCR Nova Dutra desde 1996.

Há ainda a rodovia estadual RJ-163 que dá acesso ao distrito de Penedo e a antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, administrada atualmente pela MRS Logística possuente de uma disposição geográfica que estabelece conexão entre regiões produtoras dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, grandes centros de consumo e portos.

A figura 2 indica a localização do distrito-sede de Itatiaia, a Rodovia Presidente Dutra, ferrovia e o Polo Industrial do município.



Figura 2: Imagem aérea do distrito-sede de Itatiaia, principais vias de circulação e seu polo industrial, 2019.  
Fonte: Edição da autora a partir de imagem do Google Earth Pro, 2019.

O fornecimento de energia elétrica é feito pela Hidrelétrica do Funil, que integra o sistema Furnas de geração de energia, construída em seu território, e administrado pela *holding* Enel Brasil, sociedade anônima de capital fechado. É considerado um dos melhores do estado (apesar de ainda apresentar quedas, levando em consideração o número de horas ou vezes sem eletricidade), conforme estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN (2017).

### 1.1 Breve Histórico de consolidação do município de Itatiaia

A história de Itatiaia e demais municípios e distritos situados na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense é relacionada aos usos que se fez da região desde o período colonial. A área passou por diversos ciclos econômicos, desde zona de passagem à agricultura de subsistência e à monocultura, até ter início o processo de industrialização influenciado pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década de 1940, e a reestruturação produtiva e

espacial com a chegada de indústrias multinacionais a partir dos anos 1990 (PAIVA, 2016, p.72; RAMOS, 2005, p.88).

O município estudado foi inicialmente explorado na busca por ouro, favorecendo assim a abertura de caminho entre Rio de Janeiro e Minas Gerais por onde se deu seu escoamento, extraído nesta última. Constituindo-se assim, em importante área de passagem, já nesse período, foi construída também na região a primeira estrada inteiramente por terra ligando Rio de Janeiro a São Paulo, ao longo da qual foram concedidas sesmarias impulsionando o povoamento e, posteriormente, o desenvolvimento da agricultura de subsistência (CARDOSO, 1991, *apud* RAMOS, 2005).

No século XIX, tem-se na região o desenvolvimento de grandes fazendas voltadas para plantações de cana de açúcar e café: Cachoeira, a Itatiaia, a Belos Prados, Campo Belo, a da Serra, a Fazendinha e a Fazenda do Barão de Mauá (correspondente a áreas do atual Parque Nacional de Itatiaia). Tem-se também, a constituição de algumas vilas que crescem rapidamente influenciadas pela cultura do café (IBGE, 2019).

A produção nestas fazendas começou a declinar a partir de 1860 a tempo ainda de se construir ali estrada de ferro, como aponta Ramos (2005, p.83)

Os barões do café, em sua representatividade econômica e política, viabilizaram a atração de vários privilégios para a região, como por exemplo a implantação das diversas linhas férreas que passaram a cortar o Vale e a elevação aos foros de cidade de muitas localidades ao longo deste (RAMOS, 2005, p.83).

A estrada de ferro que corta o município de Itatiaia foi criada neste contexto. Denominada Estrada de Ferro Dom Pedro II (popularmente conhecida como Central do Brasil), foi construída a partir de 1855 com objetivo de percorrer o Vale rumo a São Paulo atingindo até 1873 o atual município de Resende. A linha que chegaria ao porto de Santos foi posteriormente construída e por ela seria escoada a produção cafeeira (KATINSKY, 1994; RAMOS, 2005, p.84).

A partir do declínio dessa produção a maioria destas fazendas foram ocupadas pela pecuária, o que garantiu a sobrevivência econômica local (RAMOS, 2005). Neste momento Resende já havia sido elevada à condição de cidade (1848) e apresentava alguns distritos a ela subordinados. Campo Belo (antiga denominação de Itatiaia), era um destes (criado pela lei provincial nº 272, de 09-05-1842).

A construção da CSN, associada à construção e duplicação da Rodovia Presidente Dutra e da Hidrelétrica de Funil foram fatores importantes para a industrialização da atual

microrregião, que passou a receber fornecedoras e compradoras do aço proveniente da Companhia e outras indústrias em busca de boas condições de infraestrutura para sua produção nas décadas seguintes (RAMOS, 2005, p.88; DANES, SANTOS, 1994, p. 213-214).

Com organização baseada no modo de produção fordista, a Companhia demandava elevada quantidade de mão-de-obra, o que influenciou o crescimento populacional de Volta Redonda e municípios vizinhos que serviam de cidade dormitório para os trabalhadores da CSN (BENTES, 2014, p.315).

A construção da Rodovia Presidente Dutra, iniciada em 1947, no caminho da antiga estrada Rio-São Paulo e sua duplicação, na década de 1960, permitiu maior articulação e crescimento das cidades localizadas às suas margens (VARGAS, 1994, p.152; BENTES, 2014, p. 307-314). A Hidrelétrica de Funil construída no território do distrito de Itatiaia<sup>1</sup> e inaugurada em 1969 também é um fator contribuinte para tal crescimento. A partir daí, com fornecimento de energia em grande quantidade e melhoramento das condições de fluxos de mercadorias, muitas indústrias foram se instalar em Resende e em seus distritos (RAMOS, 2005).

Na década de 1970 instalam-se Wander do Brasil (Ovomaltine), Babcock-Wiolcox Caldeiras, Cerâmica Bela Vista, Mannesmann Irrigação, Cerâmica São Caetano, Companhia Fluminense de Refrigerantes, com a concessão da The Coca-Cola Company, e ainda as empresas Xerox do Brasil em 1973 e Michelin em 1981. Nesta década já se observa que o número da população empregada na indústria supera as atividades agropecuárias e extrativas (ao contrário da década de 1960), ficando atrás somente de atividades ligadas ao setor de serviços (IBGE, 1970).

O distrito de Itatiaia apresentava 12.294 habitantes residindo majoritariamente em área urbana e já havia passado por tentativas de se emancipar de Resende. Tal objetivo foi alcançado no final da década de 1980, especificamente em 1988, quando pela Lei nº 1.330 de 6 de julho deste ano, respeitando os critérios estabelecidos pela Lei Complementar nº 1/1967, o município de Itatiaia foi criado.

Para sua elevação à condição de município, era exigido que o distrito possuísse população mínima acima de 10 mil habitantes, centro urbano constituído com número mínimo de 200

---

<sup>1</sup> O distrito passou a ser denominado Itatiaia pelo decreto-lei estadual nº 1056, de 31-12-1943.

residências e população eleitoral acima de 10% da população total, entre outros critérios (BRASIL, 1967).

A primeira administração foi instalada em 1º de junho de 1989 e as medidas inicialmente adotadas visaram melhorar as infraestruturas de atendimento à população: construção de escolas e creche, pavimentação de avenidas e ruas, conservação de áreas verdes, ampliação das redes de esgoto, de drenagem e distribuição de água e melhorias nos atendimentos de saúde (ITATIAIA, 2019).

## **2. RUMO À CIDADE DO FUTURO?**

Uma vez emancipado, o município passa agora a gerir seus destinos quanto à educação, a saúde, a assistência social, construção e conservação de vias urbanas, estradas e caminhos vicinais, cuidados com a limpeza pública e provimento de saneamento básico. Sua receita *per capita* será mais alta que na situação anterior, não há dívidas, reclamações trabalhistas, aposentados ou pensionistas para pagar (BREMAEKER, 1993, *apud* FERRARI, 2016, p. 68), ou seja, se emancipa em boas condições financeiras e essa situação é benéfica para o novo município. Além desses fatores, este já contava com a arrecadação de impostos de duas grandes empresas internacionais (Michelin e Xerox) e proveniente de atividades ligadas ao turismo no Parque Nacional de Itatiaia.

Analisando o período entre sua autonomia enquanto município até os anos atuais (1991-2013) observa-se avanços em aspectos sociais e econômicos. Dados de pesquisas realizadas pelo IBGE e demais instituições (IPEA, DATASUS, entre outras), indicam avanços em aspectos sociais como educação, renda e habitação. Itatiaia apresentou, além de crescimento populacional e urbano, melhora nas condições de vida refletidas, por exemplo, no aumento da população idosa e na expectativa de vida, decréscimo da mortalidade infantil e da mortalidade no geral, aumento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal sendo considerado na faixa de IDHM alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) se destacando o índice Longevidade seguida por Renda e Educação.

Estes dados também evidenciam melhoria nas condições de moradia relacionadas aos acessos a água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, registradas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) no critério “Habitação”. Na tabela 2, se encontram alguns indicadores demográficos e sociais em Itatiaia nos anos 1991, 2000 e 2010.

**TABELA 2: INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS DE ITATIAIA  
(1991, 2000 E 2010)**

<b>INDICADORES</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>População Residente</b>	16.073	24.793	28.783
<b>População Urbana</b>	9.831	11.728	27.813
<b>População Rural</b>	6.242	13.011	970
<b>Expectativa de vida (média em anos)</b>	70,3	72,0	75,2
<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)</b>	0,513	0,653	0,737
<b>Mortalidade (%)</b>	6,70	4,76	3,00
<b>Mortalidade Infantil (%)</b>	20,3	14,6	13,8
<b>Habitação (média)</b>	95,96	97,00	96,90

Fonte: IBGE, IPEA, DATASUS, 2013. Org.: Raquel Alves, 2019.

O fato de a população rural ter sido superior à população urbana em 2001 pode estar relacionado a mudanças na definição pela prefeitura municipal itatiaense, do que corresponde ao urbano e ao rural uma vez que até 1988 quem determinava a área de abrangência desses era à Prefeitura de Resende a quem Itatiaia enquanto distrito era subordinada.

Dados recentes do IBGE indicam que 90% da população possuem acesso à água e esgoto adequado (TCE-RJ, 2016). Em 2010 este instituto considerava 83,6% do saneamento básico em Itatiaia adequado. Entretanto, é considerado adequado o saneamento de domicílios com ligação

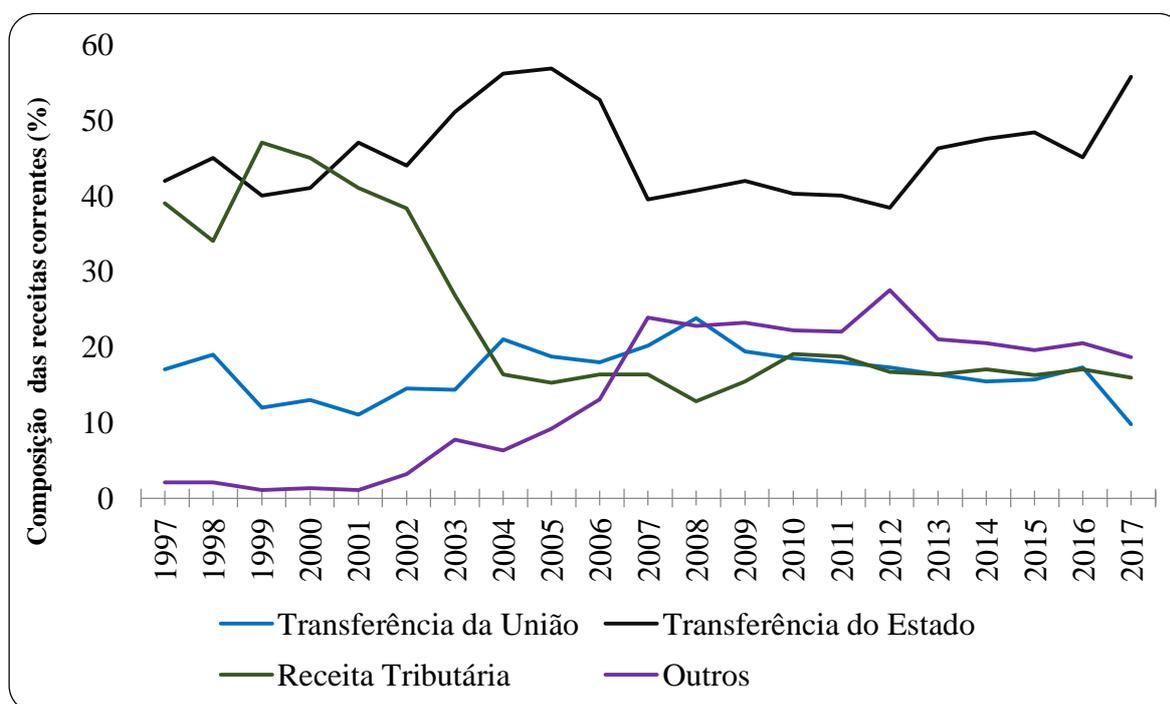
à rede geral de esgoto, rede pluvial ou fossa séptica. A coleta de lixo foi a responsável, em 2010, pela diminuição da média “habitação”

De 1998 a 2017 a receita municipal passou de R\$ 21.155.816,71 para R\$197.629.240,00, sendo grande parte desta proveniente de fontes externas (principalmente transferências da União e do Estado e outras fontes) ao contrário das receitas tributárias provenientes da arrecadação estatal de impostos que apresentaram queda neste período passando de 34% em 1998 a 15,9% em 2017 (TCE-RJ, 2018; IBGE, 2019).

Nestas receitas tributárias estão incluídos os impostos: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). As transferências correntes da União são consideradas o Fundo de Participação de Municípios (FPM), o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e em outras fontes estão incluídas receita patrimonial, royalties, receita de serviços.

O gráfico 1 demonstra a evolução da receita municipal nos últimos 20 anos, tendo a entrada de recursos provenientes do Estado e de outras fontes apresentado crescimento e se constituindo importante para a receita total, principalmente nos anos mais recentes, em que há elevada dependência da entrada destes recursos.

**GRÁFICO 1:** Evolução das receitas de Itatiaia no período de 1997-2017

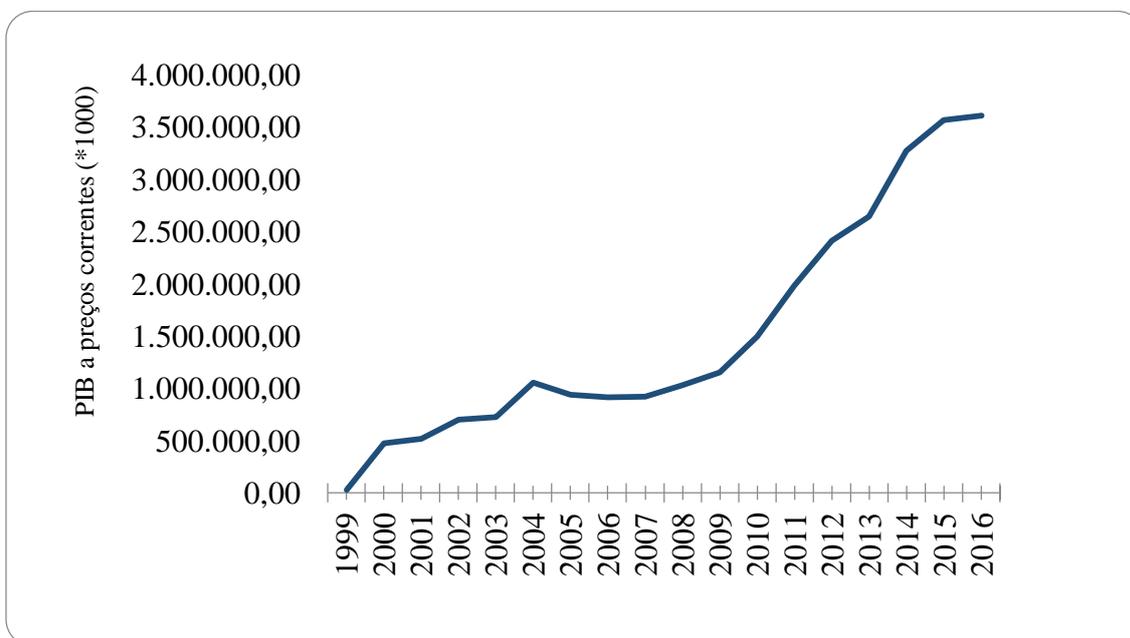


Fonte: TCE-RJ, 2019. Org.: Raquel Alves, 2019.

Essa dependência reflete no indicador de autonomia financeira<sup>2</sup> de Itatiaia, medido a partir da relação entre a contribuição da receita tributária própria do município e o atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa. Este, em 2017 correspondeu a 18,2%, ou seja, a autonomia financeira de Itatiaia diante da sua própria arrecadação de impostos (excluindo taxas e patrimonial) é pequena, tendo grande parte de sua receita orçamentária proveniente de fontes externas. As transferências da União e do Estado representam 71,1% do total da receita do município, confirmando a elevada dependência do mesmo (TCE-RJ, 2017; IBGE, 2017).

Passada uma década após sua emancipação é possível observar crescimento do PIB municipal com destaque para os setores serviços e indústria (Gráficos 2 e 3). Em relação ao PIB *per capita* verifica-se que de 2010 a 2016, Itatiaia passou de nono (9º) lugar no ranking considerando todo o estado do Rio de Janeiro para segundo (2º).

**GRÁFICO 2:** Evolução do produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes de Itatiaia de 1999 a 2016



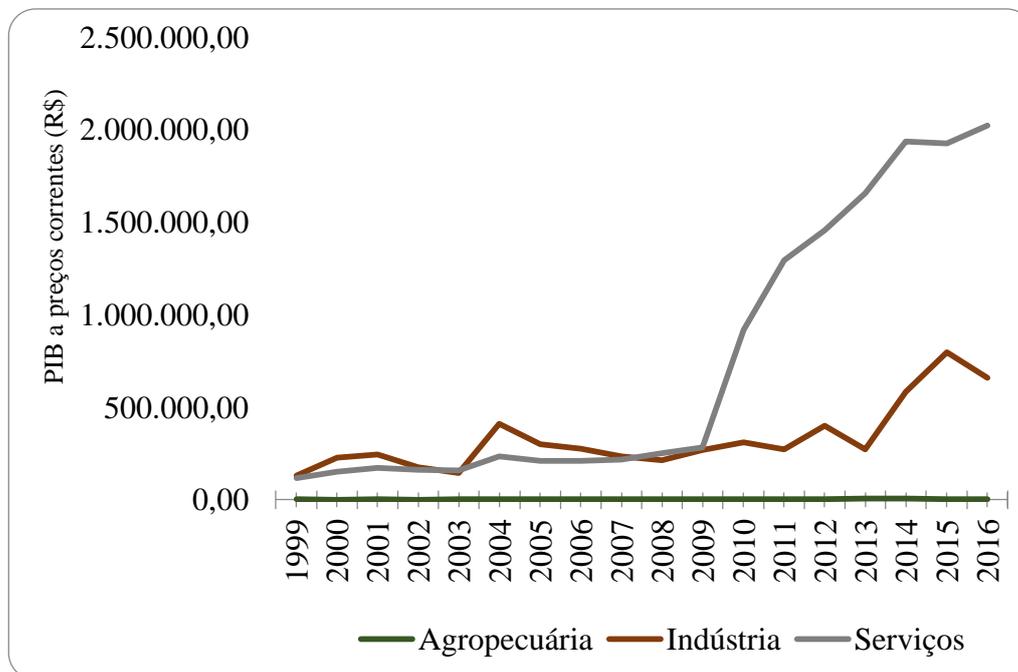
Fonte: IBGE, 2019. Org.: Raquel Alves, 2019.

Esse crescimento analisado por setor (a preços correntes) tem como maiores contribuintes os setores de serviços e indústria, que possuíam valores muito próximos, se alternando até o ano

<sup>2</sup> Este indicador mede a contribuição da receita própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa e é calculado pela divisão do valor da receita tributária própria pelo valor das despesas de custeio (TCE-TJ, 2018).

de 2008. A partir de 2009 ambos os setores apresentam crescimento, mas o setor de serviços se destaca. Já o agropecuário permanece pouco expressivo durante os anos analisados.

**GRÁFICO 3:** Evolução do PIB per capita por setor a preços correntes, Itatiaia, 1999-2016



Fonte: IBGE, 2019.Org.: Raquel Alves, 2019.

Em 2004 o setor industrial apresentou maior valor adicionado bruto, tendo a produção de máquinas e equipamentos, produtos alimentares, produtos de borracha, artigos de perfumaria, farmacêutica e artigos plásticos se destacando (TCE-RJ, 2005). Vale ressaltar que nesse ano já haviam instaladas no município as empresas Xerox do Brasil, Michelin e BioChimico às margens da BR-116. Esta última com sede comercial até então na cidade do Rio de Janeiro, passa na década de 1990 por reestruturação e instala-se no distrito de Penedo em 1998, gerando 90 empregos diretos.

Posteriormente houve a instalação de outras grandes empresas, mas o setor de serviços apresentou maior contribuição ao PIB per capita, que atualmente é em torno de R\$118.552,79 (IBGE, 2017).

Este comportamento do PIB e da receita - ambas apresentando crescimento, se altera diante mudanças em políticas econômicas adotadas pela prefeitura itatiaense em 2009, influenciada e permitida por mudanças em um contexto global, nacional e regional, associadas à revolução técnico-científica-informacional, a globalização, a adoção do modelo pós-fordista de produção,

maior descentralização político-administrativa promovida pela Constituição Federal de 1988, abertura econômica ocorrida no país e chegada de empresas multinacionais do ramo automobilístico na microrregião (IBAÑEZ, 2005; DULCE, 2016).

A adoção de políticas de cunho neoliberal pelo governo brasileiro levou-o a adotar medidas como desregulamentação do mercado, abertura comercial e financeira, privatização das estatais, redução progressiva do tamanho do Estado na economia (IADEROZZA, 2007, p. 3-5).

Assim, a CSN é privatizada, e tal ação impacta a microrregião do Vale do Paraíba Fluminense como um todo, tendo em vista que a estatal desempenhava até então, papel importante na região, polarizando-a e influenciando na política de muitos municípios. Sua privatização acarretou desemprego, ainda mais elevado, devido à saída ou fechamento de empresas fornecedoras levando à estagnação econômica de Volta Redonda e Barra Mansa, e também os demais municípios da microrregião (2014, p. 314-315).

[...] a estagnação econômica não afetou apenas esses dois municípios, atingindo também Resende, Barra do Piraí e Piraí, municípios que abrigavam trabalhadores siderúrgicos e eram utilizados como cidades-dormitório. Essas cidades dependiam intensamente dos gastos dos empregados e aposentados da CSN (BENTES, 2014, p. 315)

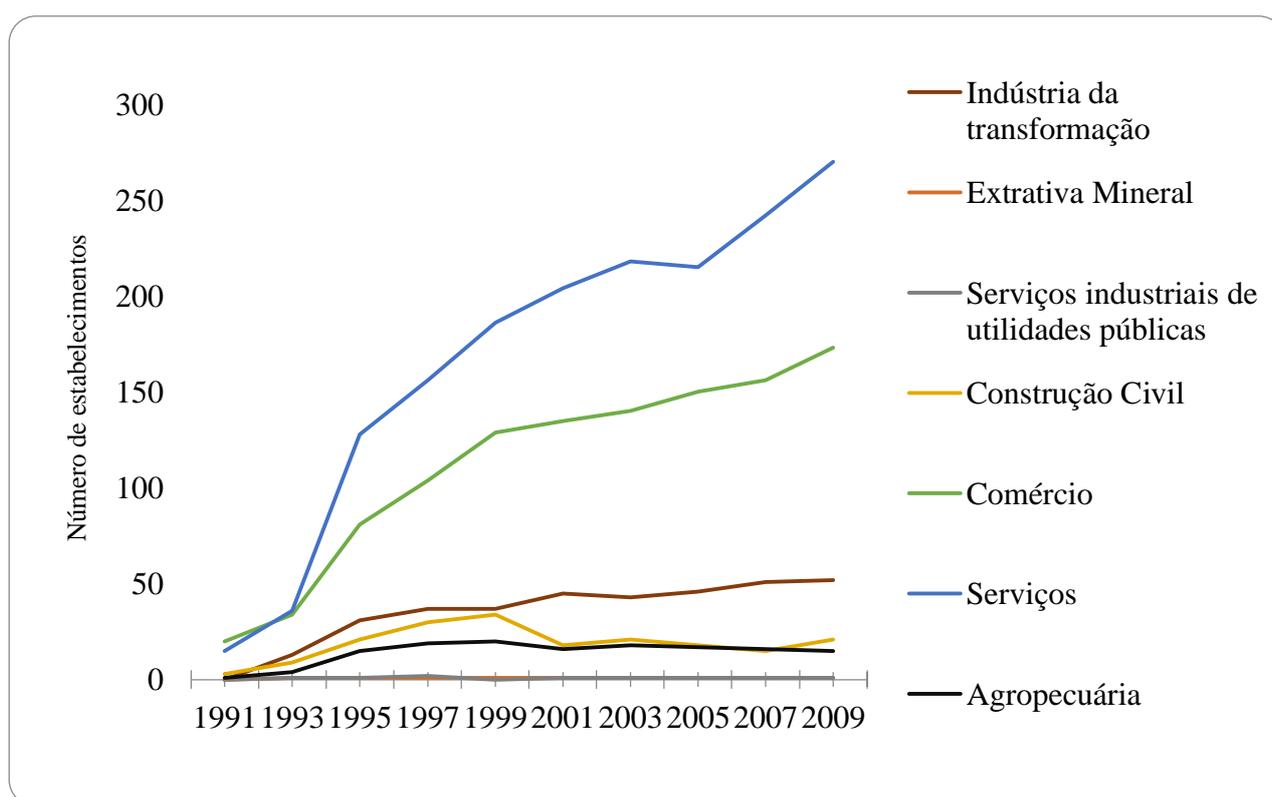
A partir daí, tem início o processo de reestruturação produtiva na região, principalmente nos municípios de Itatiaia, Porto Real e Resende, tendo a entrada de empresas apresentando novas formas de produzir (mais flexíveis) alterando as dinâmicas dos municípios que as recebem. A construção de uma fábrica da Volkswagen em Resende é apontada como marco para o início desse processo e do desenvolvimento de políticas de incentivos fiscais realizadas pelo Estado do Rio de Janeiro diante da guerra fiscal (RAMOS, 2005, p.42-44; PAIVA, 2016, p.17, RIO DE JANEIRO, 2016).

Apoiando-se em isenções de impostos municipais e estaduais, instalação de infraestrutura viária, melhoria de portos de exportação, qualificação de mão de obra e doações de terreno, implantação de estação de força elétrica, linha de canalização de gás, iluminação pública, sinalização, água, esgoto e infraestrutura de telecomunicações por meio de fibras ótica, se instalam as multinacionais Volkswagen Ônibus e Caminhões (VW atual MAN Latin América) em Resende (1994) e Peugeot e Citroen com anúncio de instalação em 1997 e instalação completa em 2001 em Porto Real (RAMOS, 2005, p. 101-104). Posteriormente, se instalaram outras empresas (nacionais e internacionais) nestes municípios recebendo, benefícios parecidos

e contribuindo para a elevação no número de empregos gerados (RAMALHO e SANTANA, 2006).

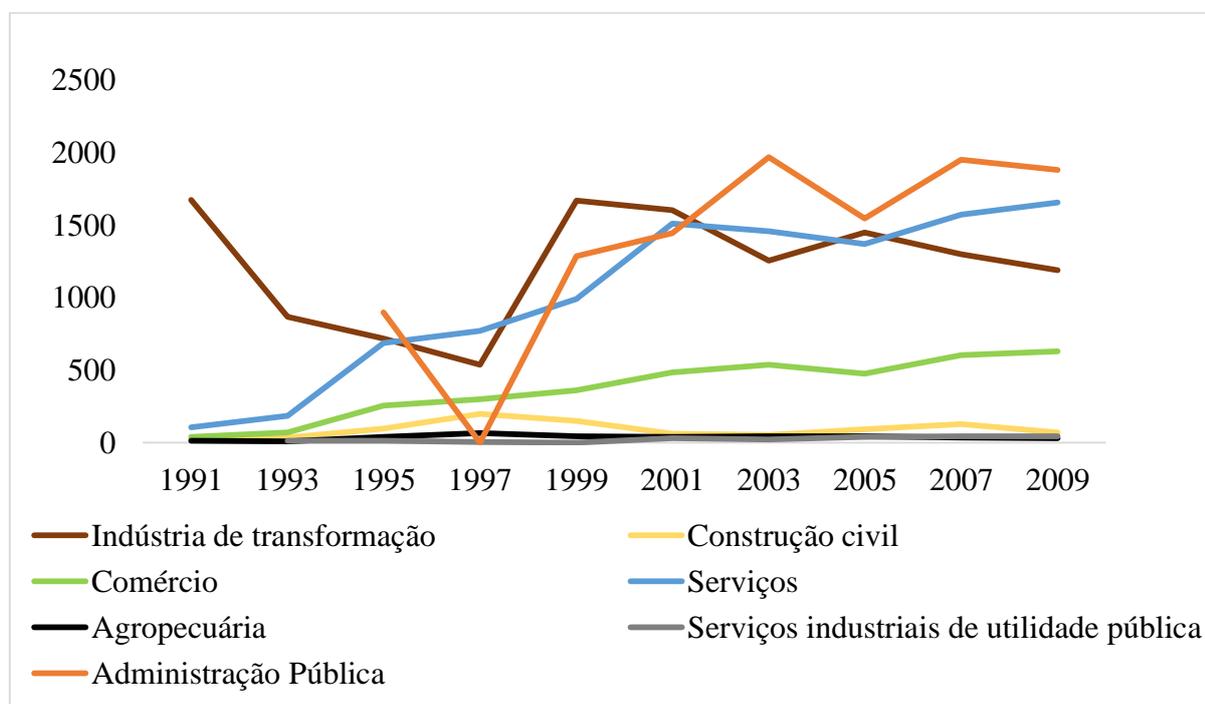
Nesse início de reestruturação produtiva, vê-se em Itatiaia aumento do número de estabelecimentos ligados aos setores de serviços, comércio e mais timidamente a indústria da transformação, principalmente em 1995, um ano após o anúncio da instalação da Volkswagen em Resende. Os demais setores apresentam uma variação pequena ao longo de quase duas décadas (Gráfico 4).

**GRÁFICO 4:** Número de estabelecimentos por setor em Itatiaia no período de 1991-2009



Fonte: MTE/RAIS, 2019. Org.: Raquel Alves, 2019.

As maiores indústrias instaladas em seu território até então, eram a Michelin, a Xerox e a BioChimico, e grande parte da população estava empregada principalmente nos setores de administração pública, serviços e indústria da transformação que mesmo apresentando uma grande variação ainda se constituía em uma das maiores empregadoras (Gráfico 5).

**GRÁFICO 5:** Número de vínculos ativos por setor em Itatiaia de 1991 a 2009

Fonte: MTE/RAIS, 2019. Org.: Raquel Alves, 2019.

A administração pública apresenta ainda na década de 1990 instabilidade de dados devido à criação recente de sua prefeitura.

Mesmo, como já dito anteriormente, com a privatização da CSN e a saída ou fechamento de várias empresas da microrregião, outros municípios iniciaram políticas de atração de empresas o que culminou com a instalação de outras e elevação nos números de empregos gerados (BENTES, 2014). É na década de 1990 também, que o governo do Estado do Rio de Janeiro aprofunda suas políticas de incentivos fiscais a empresas, por meio da regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES (instituído em 1975), e institui programas setoriais voltados para melhorar o desempenho da indústria no Estado entre outras, o que contribuiu para a entrada de novos empreendimentos no estado (ALERJ, 2019).

Até 1998, Itatiaia ainda não era considerada favorável à instalação de grandes empreendimentos, como apontou a antiga Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro - CIDE (atual Fundação CEPERJ) ao lançar o Índice de Qualidade dos Municípios - IQM, cuja finalidade era avaliar as condições destes para atrair investimentos e a capacidade em multiplicar os benefícios advindos, a partir de sete grupos de indicadores considerando os seguintes aspectos:

1. Centralidade e vantagem locacional, representando a capacidade de se estabelecer vínculos com os mercados vizinhos;
2. Qualificação da mão-de-obra quanto à formação educacional da população em relação à especialização e profissionalização;
3. Riqueza e potencial de consumo, representada pela sua produção e nível de rendimento de seus habitantes;
4. Facilidades para negócios, considerando as facilidades para a operação das empresas e de seus funcionários;
5. Infraestrutura para grandes empreendimentos, a partir da análise de condições favoráveis à implantação e operação de empresas de grande porte;
6. Dinamismo da economia local, representada pela existência de alguns serviços especializados e pelo nível de suas atividades; e,
7. Cidadania, representada pelas condições de atendimento das necessidades básicas da população (saúde, educação, segurança, justiça e lazer).

Os resultados desse índice variaram de 0 a 1 sendo o índice 1,0000 muito bom e o índice 0 muito ruim. Estes foram somados e apresentados em um ranking geral dos municípios cariocas. Resende apresentou índice 0,5701 estando em terceiro lugar (e primeiro lugar no indicador 5 - infraestrutura para grandes empreendimentos). Itatiaia apresentou IQM, 0,3626 situando-se no 11º no estado e 3º na microrregião do Vale do Paraíba Fluminense (TCE-RJ, 2002).

Diante de índices de crescimento em decorrência do que acontecia nos municípios vizinhos (“sucesso” das políticas adotadas de atração industrial) e em sua própria dinâmica, em 10 de junho de 2009 é decretada a Lei Complementar nº 18 que institui o Programa de Desenvolvimento Econômico do Município de Itatiaia – PRODEMI, visando fomentar o desenvolvimento econômico e social, mediante a concessão de incentivos fiscais às empresas que se encaixam nas atividades industriais à qual a lei se destina e que se comprometam a realizar investimentos no projeto de instalação ou expansão da empresa em valores correspondente entre

150.000 e 20.000.000 UFIR-RJ<sup>3</sup> e empregue no mínimo 50 a 200 pessoas, preferencialmente municipais (ITATIAIA, 2009).

Tal lei é destinada às indústrias, operadoras logísticas e afins, comércio atacadista, prestação de serviços, produtoras e distribuidoras de gás e energia, condomínios e loteamentos empresariais e comércio varejistas interessados em se instalar no município ou expandir suas fábricas, que uma vez dentro dos quesitos estabelecidos, recebem isenção nos Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN ou ISS); Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI); Imposto Predial Urbano (IPTU), além de isenção total das seguintes taxas administrativas municipais: Taxa de Localização e Verificação do Funcionamento, Taxa Decorrente da Expedição de Alvará de Construção, Taxa de Fiscalização para a Concessão de Licença para a Publicidade, Taxas decorrentes de aprovação de projetos para a instalação da empresa ou ampliação da indústria, Taxa de Numeração de Imóvel por Unidades, Taxa de Licenciamento e Inspeção Sanitária (ITATIAIA, 2009).

Em 2014 esta sofreu alterações pela Lei Complementar nº 027 de 30 de junho deste mesmo ano, aprofundando ainda mais os incentivos oferecidos e estabelecendo prazo para os mesmos, o que não constava na anterior. Tais mudanças ocorrem nos valores de UFIR-RJ e no número de empregos gerados que agora se encontram entre 20.000.000 e 100.000.000 UFIR-RJ e no mínimo de 200 a 500 empregos em caráter permanente (ITATIAIA, 2014). A tabela 3 sintetiza alguns pontos dessa Lei e sua alteração em 2014.

**TABELA 3 – PRINCIPAIS ISENÇÕES DO PRODEMI (2009 E 2014)**

<b>PRODEMI - 2009</b>	<b>PRODEMI – 2014</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos com valores acima de 150.000 UFIR-RJ</li> <li>• Geração (no mínimo) entre 50 e 200 novos empregos preenchidos por mão-de-obra local</li> <li>• Alíquota variando de 2,5 a 2,0% para o ISSQ</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos com valores acima 20.000.000 UFIR-RJ</li> <li>• Geração (no mínimo) entre 200 e 500 novos empregos gerados em caráter permanente</li> <li>• Isenção do ISSQN para empresas prestadoras de serviços estabelecidas ou devidamente registradas no município</li> </ul>

<sup>3</sup> Unidade Fiscal de Referência utilizada para correção de débitos fiscais.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução variando entre 35, 50, 95% e isenção total do ITBI e do IPTU</li> <li>• Isenção total de taxas administrativas municipais</li> <li>• Repasse do ICMS chegando a 75% a empreendimentos que se enquadram nos quesitos do Programa e alugam imóvel para se estabelecer e devem destinar 5% dos valores à Comissão de Capacitação Profissional do Município</li> <li>• Empreendimentos beneficiados pela Lei Complementar são obrigados a cumprir requisitos e exigências da prefeitura</li> <li>• Se modificar esta Lei Complementar os benefícios concedidos deverão ser mantidos pelo prazo fixado</li> </ul>	<p>relacionado com construção ou ampliação de beneficiadas pelos incentivos no âmbito do PRODEMI</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de prazos variando de 10 a 25 anos para gozo dos benefícios concedidos</li> <li>• Redução variando entre 60, 75 e 100% sobre a alíquota de incidência discriminada o Código Tributário Municipal.</li> <li>• Isenção de todas as taxas administrativas municipais por 20 anos</li> <li>• Fica estabelecida a concessão de verbas de incentivos a todos os empreendimentos que se encaixam o Programa, a partir do aumento da participação de Itatiaia no repasse da quota parte do ICMS feita pelo estado do Rio de Janeiro</li> <li>• Todas as empresas beneficiadas deverão obrigatoriamente destinar 5% de verba aos centros de capacitação profissional do município</li> </ul>
---	---

Fonte: ITATIAIA, 2019. Org.: Raquel Alves, 2019.

Quem executa esse Programa é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e foi criada uma Comissão de Avaliação formada por titulares de outras Secretarias e pela Procuradoria Geral do Município, que analisa e aprova os projetos apresentados pelas empresas interessadas na concessão dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar.

Houve uma preparação para a criação dessa Lei de incentivos fiscais, com empenho direto do então Secretário do Desenvolvimento Econômico, Denílson Sampaio, que se baseou em leis já aplicadas em outros municípios,

Pessoalmente, procurei conhecer municípios que deram certo no país para construirmos o nosso programa de desenvolvimento econômico. Foi aí que criamos a Lei ProdeMi, aprovada pela Câmara de Vereadores [...] empresas chegam, contratam mão de obra local tem menos custos [...]. Há ainda a geração

de empregos diretos e indiretos, desde a construção” (Denilson Sampaio, 2016 em entrevista ao jornal Por Aqui).

Há também, os incentivos oferecidos pelo Estado juntamente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), quando considerados investimentos estruturantes ao Estado, se enquadrando no Programa de Atração de Investimentos Estruturantes –RIOINVEST, instituído pelo Decreto nº 23.012, de 25 de março de 1997.

Nesse Programa as empresas recebem isenção de impostos estaduais (principalmente o ICMS), por prazo determinado e recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES para projeto de implantação, pré-operação e operação. Este é destinado a financiar programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro. Essas isenções e financiamentos que possuem prazos estabelecidos previamente para durarem e podem ser renovados, como é o caso dos incentivos concedidos à BioChimico e Michelin, renovados em 2010.

O governo do estado do Rio de Janeiro ainda tem parcerias com a CODIN e a FIRJAN visando assegurar a chegada de novos empreendimentos e manter os que já se encontram instalados. A primeira, administrada de forma indireta pelo governo, foi criada com o objetivo de implantar e comercializar distritos industriais no estado em 1967, passando a apoiar a implantação de indústrias e posteriormente atuar mais ativamente e com sucesso na atração de investimentos.

Atualmente, essa Companhia, realiza e disponibiliza estudos sobre áreas no estado disponíveis para instalação das empresas, informações, relatórios e mapas de indicadores socioeconômicos e demográficos dos municípios, concede orientações sobre a logística, apoio na obtenção de licenciamento ambiental e questões de infraestrutura, e ainda, suporte tributário e financeiro para atração de investimentos através de orientações na obtenção destes e interlocução e apoio junto à agência de fomento estadual e federal (CODIN, 2019).

A segunda (FIRJAN), criada com essa denominação em 1994, mas com história mais antiga, atua mais diretamente ligada aos interesses dos empresários. Esta Federação desempenha um papel importante em todo o Estado na atração de novos empreendimentos. Afirma ter como “missão” garantir um ambiente de negócio favorável ao apoiar o governo a conceder incentivos fiscais como forma de alcançar o desenvolvimento econômico e social e a melhorar as condições de infraestruturas para atender melhor as empresas. Ela é representante legal de sindicatos

patronais industriais e desenvolve junto com esses, “propostas para melhorar a competitividade do Rio de Janeiro” (FIRJAN, 2019).

Diante destes incentivos, municipais e estaduais e das facilidades encontradas para escolha da melhor localização para se instalar já em 2009, verificam-se várias empresas que se enquadram no PRODEMI, assinando protocolo de intenções com a prefeitura para instalação de fábricas na área que viria a ser denominada como Polo Industrial de Itatiaia.

Apoiando-se nesses incentivos e nos concedidos pelo estado do Rio de Janeiro muitas empresas, principalmente multinacionais se instalam em Itatiaia em um intervalo de tempo curto (Figura 2). As que já estavam presentes aproveitaram-se para expandir suas fábricas.

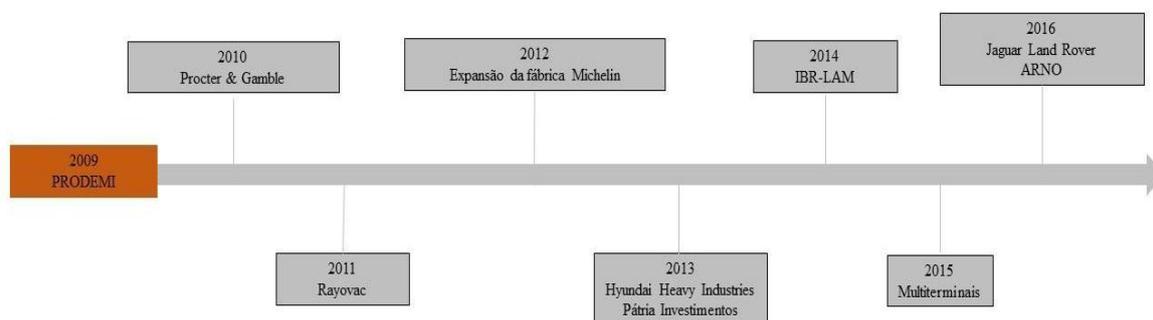


Figura 3: Empresas instaladas em Itatiaia a partir do PRODEMI  
Org.: Raquel Alves 2019.

A P&G assinou protocolo de intenções com a Prefeitura de Itatiaia em 2009, para a construção de um centro de distribuições de seus produtos que foi inaugurado em 2010. Este se situa próximo à empresa Michelin.

A CEG-RJ (atual Naturgy), uma das multinacionais líderes no setor de gás e eletricidade, após firmar parceria com a prefeitura de Itatiaia em 2009, assinou o protocolo de intenções para fornecer gás encanado para indústrias, residências e postos de combustível através de tubulações instaladas no subsolo que seria captado no município de Resende e distribuídos em ramais situados ao lado da empresa Xerox e próximo ao posto Graal e à empresa Michelin (do outro lado da rodovia). A instalação completa da tubulação ficou pronta em 2011.

A Rayovac assinou o protocolo de intenções em 2011 e dois meses depois já havia se instalado um centro de distribuição dos produtos de todas as linhas da empresa, em um dos galpões da Xerox, com a geração de 50 empregos diretos.

Em 2010, a já instalada no município desde a década de 1980 Michelin, foi enquadrada no Programa de Atração de Investimentos Estruturantes – RIOINVEST, para utilizar os recursos do FUNDES, pelo Decreto nº 42.588 de 16/08/2010. Aproveitando que o PRODEMI abrange a expansão de fábricas já instaladas, a empresa recebeu incentivos para a expansão de suas operações gerando 300 novos empregos diretos (como afirmado pela própria fábrica).

Em 2011 foi a vez da Hyundai Heavy Industries anunciar a implantação de uma fábrica de máquinas pesadas, veículos industriais e empilhadeiras - primeira fora da Ásia. Sua inauguração ocorreu em 2013, em parceria com a BMC - Brasil Máquinas de Construção. Os estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais competiram para a implantação desta empresa. Segundo a CODIN questões como o grande investimento em infraestrutura, logística favorável, visibilidade conferida pela Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 favoreceram a escolha da empresa pelo Rio de Janeiro. Grande parte da produção é exportada para países da América Central, do Norte e do Sul.

Em parceria direta com a prefeitura de Itatiaia, a Pátria Investimentos anunciou em 2013 a construção de um condomínio empresarial privado no município, possuindo cinco galpões de diferentes tamanhos onde se instalam pequenas, médias e grandes empresas. Esta também foi responsável pela construção de um pátio intermodal do Complexo Logístico Multimodal de Itatiaia operado pelo grupo empresarial Multiterminais Logística Integrada e inaugurado em 2015.

Neste mesmo ano (2013) o município esteve presente no ranking das “*Latin American States of the Future*” organizado pelo instituto *fDI Intelligence* ligado ao jornal britânico *Financial Times*, elaborado com base nos indicadores: potencial econômico; capital humano e estilo de vida; custo benefício, conectividade; ambiente de negócios e atração de investimentos.

Em 2014 é a vez da empresa catarinense IBR-Lam inaugurar sua fábrica de laminação de vergalhão de cobre com tecnologia europeia de ponta. Primeira do grupo Indústria Brasileira de Metais (IBRAME) no estado do Rio de Janeiro. A expectativa era de que fossem criados 200 empregos diretos e 600 indiretos. Uma parceria entre a IBR-LAM e a Prefeitura de Itatiaia visava

a instalação de uma escola técnica para formar profissionais especializados na produção de semi-elaborados de cobre, mas tal parceria não se efetivou. Na inauguração da fábrica no mesmo ano, estiveram presentes o então vice-presidente, governador e vice do estado, senadores e deputados ressaltando a importância de parcerias público-privadas para alcançar o desenvolvimento.

A Jaguar Land Rover assinou o protocolo de intenções com a prefeitura de Itatiaia em 2013, após ampla concorrência entre oito estados brasileiros para sediá-la, tendo como fatores decisivos para a escolha do município a presença de fornecedores na região e a proximidade dos principais mercados consumidores brasileiros, com a possibilidade de atender ainda outros países de América Latina (BENTES, 2014, p.335). Em 2016 foi inaugurada sua fábrica gerando 1000 empregos diretos e indiretos, segundo informações da empresa. Esta e as sociedades integrantes do complexo industrial da cadeia produtiva receberam incentivos dentro do Programa RIOINVEST (assim como a Peugeot Citroën e a Nissan situadas em Porto Real e Resende respectivamente), possuindo 50 anos de isenções em impostos estaduais além de financiamento para implantação e operação (RIO DE JANEIRO, 2014). Foi oferecido à Jaguar “boas condições de topografia e infraestrutura, como vias de acesso, fornecimento de gás e energia, além uma localização privilegiada às margens de um rododiferroviário e da principal rodovia do país, a Presidente Dutra” (CODIN, 2015).

A ARNO anunciou a instalação de uma fábrica de eletrodomésticos em Itatiaia em 2016 e ao final do mesmo ano inaugurou, gerando 400 empregos diretos. Esta encerrou suas atividades na fábrica instalada a mais de 70 anos no bairro da Mooca em São Paulo, afirmando ser necessário mudar a localização de sua fábrica que vinha apresentando dificuldades operacionais e logísticas. Só para participar da seleção de 25 vagas para jovens aprendizes da empresa foram 2000 jovens segundo site da prefeitura de Itatiaia.

A maioria destas empresas foram instaladas no processo de reestruturação produtiva que a região vem passando desde a década de 1990, receberam incentivos do PRODEMI, e tiveram importante participação da CODIN na escolha e negociações com a prefeitura municipal além de terem garantidas condições de infraestruturas físicas necessárias a seu funcionamento (CODIN, 2018).

Instaladas no polo Industrial de Itatiaia, próximas à Rodovia Presidente Dutra e à ferrovia (Figura 4) em uma localização estratégica, contam ainda com um Terminal Intermodal PortoVale, localizado a 500 metros do Polo Industrial de Itatiaia, tem-se a possibilidade de

transporte multimodal de contêineres via ferrovia entre o Porto do Rio de Janeiro – Terminal de Contêineres no Porto do Rio de Janeiro MultiRio e a região do Vale do Paraíba.



Figura 4: Localização do Polo Industrial de Itatiaia e principais empresas instaladas.  
Fonte: Edição da autora a partir de imagem do Google Earth Pro, 2019.

Neste período, verifica-se a construção da Avenida Industrial Alda Bernardes de Faria e Silva e posterior expansão ligando a Rodovia Presidente Dutra ao polo industrial do município e servindo de principal acesso rodoviário de entrada e saída de cargas do complexo multimodal Pátria, da Jaguar Land Rover no Brasil e de outras empresas instaladas próximas.

A construção e pavimentação da Avenida, contou com recursos do governo estadual. Presente na inauguração o então governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, enfatizou a ajuda que o governo do Estado concede ao município na busca pelo crescimento do setor:

Não podemos deixar de sonhar e crescer. Já ajudamos na atração de várias montadoras e vamos ajudar a fazer um viaduto e o contorno, que vai beneficiar todo o parque industrial das regiões de Resende e Itatiaia (Governador do estado do Rio de Janeiro em entrevista à Rádio Beira Rio em 24 de agosto de 2015).

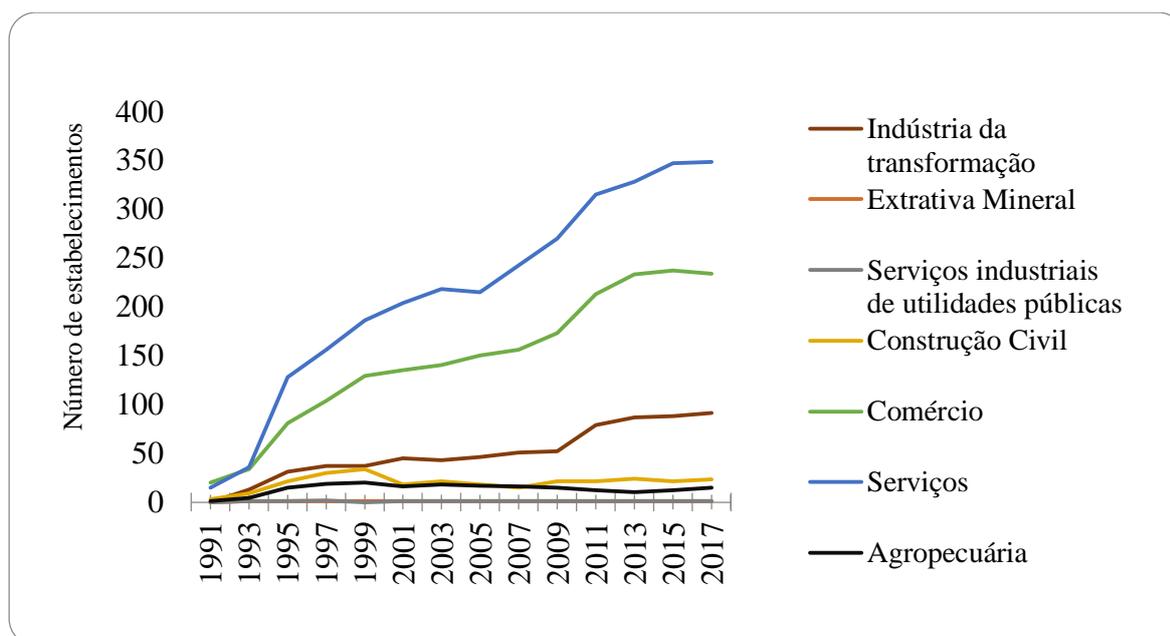
Como forma de manter a cidade um ambiente atraente aos diferentes tipos de negócios, como afirma Harvey (2005, p.168), o poder local “faz o possível para maximizar a atratividade

do local”, e fornece aos empreendimentos instalados em seu território ou aos que demonstrem interesse, infraestruturas físicas e sociais necessárias ao seu funcionamento. Assim, além dos incentivos fiscais, são oferecidos também:

- Mão-de-obra qualificada – através de cursos gratuitos no Centro de Qualificação e Formação e no Núcleo de Emprego e Qualificação (NEQ) municipal, destinados principalmente a munícipes, a fim de manter a mão de obra local qualificada conforme a demanda dos setores locais e regionais. São oferecidos cursos como Torneiro Mecânico/Fresador Mecânico e Fundamentos da Eletricidade/NR-10/Instalação de Sistemas Elétricos Prediais entre outros.
- Criação e manutenção de sistemas de engenharias - construção de trechos de rodovias, realização de serviços de recuperação asfáltica, lombadas, sinalização vertical e horizontal e iluminação.
- Fornecimento de gás natural por tubulações instaladas no subsolo além de energia elétrica proveniente da Hidrelétrica de Funil.
- Parcerias público-privada com instituições de ensino superior (privadas) e de idiomas presentes em municípios vizinhos (uma vez que não possui em seu território instituições de ensino superior) destinadas a servidores e ocupantes de cargos e funções comissionadas e seus dependentes diretos.
- Grandes áreas disponíveis para implantação ou expansão de plantas industriais em terrenos adquiridos pela Prefeitura.

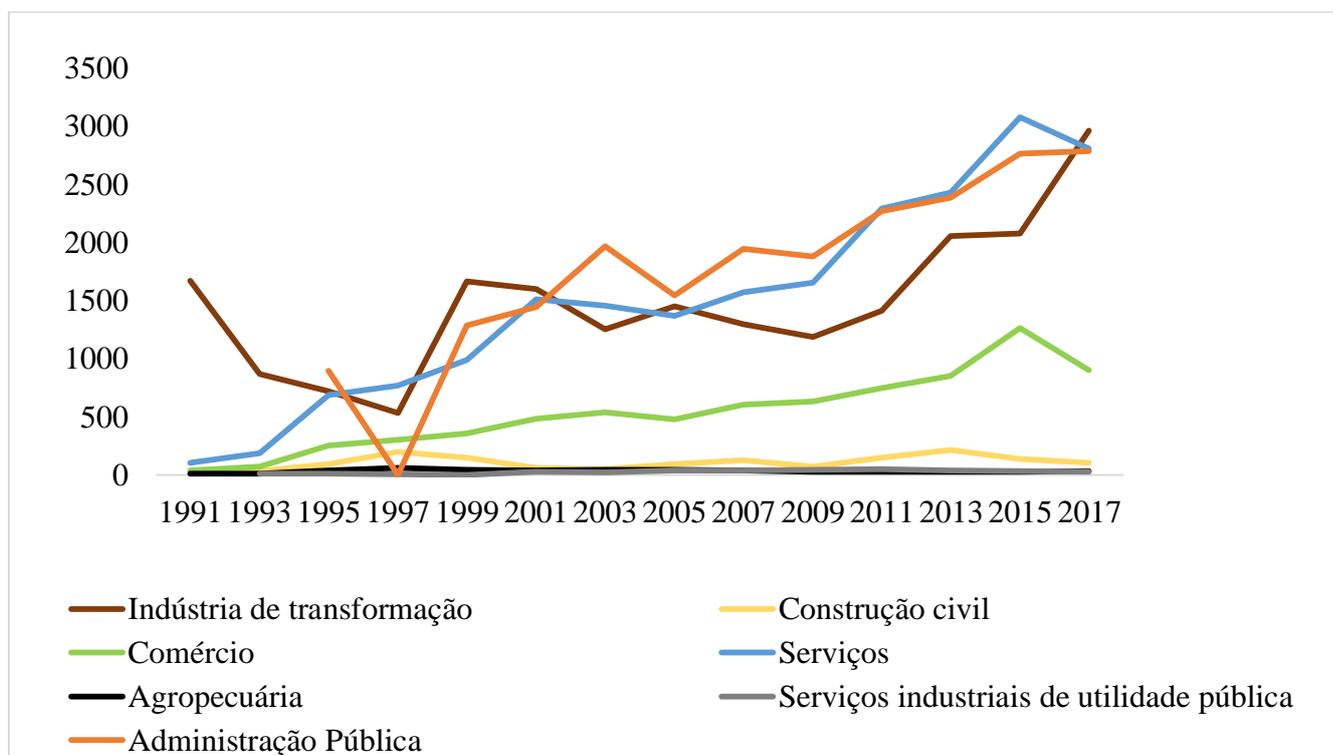
A disponibilização desses aparatos é extremamente importante, uma vez que como evidencia Harvey (2005), a produção também se utiliza de uma matriz completa de serviços físicos e sociais que devem estar localizados *in situ*.

Com a criação e disponibilização destes meios visando a ampliação industrial do setor industrial e do número de empregos, observa-se a partir de 2009 crescimento no número de estabelecimentos ligados a diversos setores no município. Os setores comércio e serviços, que já vinham apresentando crescimento desde 1991 continuam com a implantação da PRODEMI. Os estabelecimentos do setor indústria de transformação apresenta um crescimento mais moderado e os setores construção civil, agropecuária e serviços industriais de utilidades públicas permanecem quase os mesmos durante todo o período analisado (Gráfico 6).

**GRÁFICO 6:** Número de estabelecimentos por setor em Itatiaia de 1991 a 2017

Fonte: MTE/RAIS, 2019. Org.: Raquel Alves, 2019.

A entrada de novos empreendimentos no município contribuiu para a geração de novos postos de trabalho tendo maior participação à indústria da transformação e o setor de serviços desde 2009. O comércio apresentou crescimento no número de vínculos empregatícios, já os setores de construção civil e serviços industriais de utilidades públicas não tiveram grandes alterações ao longo do período analisado (Gráfico 7).

**GRÁFICO 7:** Vínculos empregatícios em Itatiaia de 1991 a 2017

Fonte: MTE/RAIS, 2019. Org.: Raquel Alves, 2019.

Esses crescimentos que o município apresentou ao longo de sua constituição como tal o colocaram hoje entre os mais desenvolvidos da microrregião na qual está inserido. Ele é uma das lideranças no desenvolvimento industrial e turístico devido principalmente ao Parque Nacional de Itatiaia.

Com maioria de sua população em idade economicamente ativa no ano de 2010 (cerca de 70% da população total), empregada em diversos (sub) setores: indústria de transformação, indústria extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

Destes, a indústria da transformação, a administração pública e o setor de serviços são os que atualmente possuem maior número de vínculos empregatícios ativos, (30,8 %; 29,18% e 28,9% respectivamente), segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) brasileiro. Os setores comércio, construção civil, agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, serviços industriais de utilidade pública, extrativo mineral empregam um número inferior de pessoas (Tabela 4).

**TABELA 4: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ATIVOS POR SETOR EM ITATIAIA (2017)**

Setor	Número de vínculos ativos em 2017 (%)
Indústria da transformação	30,8
Administração pública	29,18
Serviços	28,95
Comércio	9,34
Construção civil	1,07
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0,32
Serviços industriais de utilidade pública	0,31
Extrativo mineral	0,02

Fonte MTE/: RAIS, 2017. Org.: Raquel Alves, 2019.

Apesar de possuir maior número de vínculos ativos, a indústria da transformação não é a que mais gera empregos atualmente. O único setor que apresentou saldo positivo em relação a contratações em 2018 foi o setor de construção civil (36 postos). Os outros apresentaram ao longo deste mesmo ano mais desligamentos do que admissões no emprego, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2018).

Apresentando saldo negativo no número de empregos gerados, ou seja, ocorreram mais demissões do que contratações. O município foi o que mais demitiu em toda a Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense (considerando todos os setores), segundo dados do CAGED, conforme apresentado na tabela 5.

**TABELA 5: CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS NA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE (2018)**

Municípios	Total de admissões	Total de desligamentos	Variação absoluta
Barra Mansa	9.977	9.414	563
Itatiaia	2.245	2.438	-193
Pinheiral	682	711	-29
Pirai	3.468	2.131	1.337
Porto Real	2.018	2.082	-63
Quatis	363	295	68
Resende	11.717	11.378	339
Rio Claro	305	327	-22
Volta Redonda	23.856	21.603	2.253

Fonte: MTE/CAGED, 2018. Org.: Raquel Alves, 2019.

O saldo positivo apresentado por alguns municípios está ligado principalmente ao setor de serviços e comércio. Este último não é tão desenvolvido em Itatiaia, mas, por meio da secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Turística de Itatiaia (ACIATI) busca-se implementar ações estratégicas visando seu fortalecimento (ITATIAIA, 2019).

Nos anos mais recentes o que se vê no município é a busca por diversificar as atividades desenvolvidas principalmente ligadas à agropecuária e ao turismo. Sua agricultura continua sendo predominantemente voltada para a produção familiar com baixo grau de mecanização e tecnização, empregando assim poucos trabalhadores. A pecuária, também é desenvolvida em poucos estabelecimentos e também não variou muito ao longo dos anos analisados (IBGE, 2017).

Essa busca por essa diversificação foi recomendada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), diante da crise financeira, declarada pelo governo estadual em 2016, inserida em um contexto de crise nacional, mas também internacional (SILVA, 2017). Desde então o município não recebe a instalação de outras empresas de grande expressão internacional.

A prefeitura municipal que tem na geração de emprego caminho para se alcançar o desenvolvimento econômico e social, lança a partir daí incentivos à agropecuária e ao turismo, além de promover a criação ou implementação de novos empreendimentos independente do porte destes ou de sua procedência. Nas palavras do ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do município, José Luiz Sales:

A atual administração vem trabalhando constantemente para garantir a todos da cidade oportunidades de trabalho e qualificação [...]. É objetivo fortalecer e diversificar o comércio local, fazendo a receita de a cidade girar e ainda gerando novos empregos para a população (ITATIAIA, 2018).

São desenvolvidas ações destinadas ao aprofundamento das práticas voltadas ao turismo realizados tanto no Parque Nacional de Itatiaia e no distrito de Penedo – antiga colônia finlandesa, como, artesanato baseado na a história da cidade, oferecimentos de cursos de capacitação a microempreendedores entre outros; e aprofundar as atividades do setor agropecuário por meio de apoio técnico em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RJ, com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (ITATIAIA, 2018).

O atual prefeito reforça que é preciso criar uma política voltada para o financiamento aos produtores rurais, com a finalidade de fortalecer as cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola e também dar total apoio à exploração de turismo rural.

São promovidos incentivos a micro e pequenos empreendedores como cursos e workshops de aperfeiçoamento também em parceria com o SEBRAE, bem como isenções de impostos e taxas municipais. No campo simbólico, o dia 5 de outubro é considerado “Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa” instituído pela Lei Municipal 033/2014, como forma estimular e valorizar esses empreendedores. O número de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços vem aumentando no município desde então, segundo declaração da própria prefeitura, principalmente voltados para o comércio de alimentação, comércios de artigos, vestuários e cabeleireiro (ITATIAIA, 2018).

Os investimentos em infraestruturas também são vistos como importantes para alcançar esse desenvolvimento. Observam-se parcerias com o Governo do Estado para obtenção de recursos para execução de obras principalmente ligadas a recuperação asfáltica de vias e saneamento básico (ITATIAIA, 2019).

Mesmo com mudanças na atuação da prefeitura diante da crise do Estado, o PRODEMI não foi suspenso e ao que tudo indica há uma busca por aprofundar esses incentivos.

Diante do resultado apresentado pelo estado do Rio de Janeiro no Ranking de Gestão e Competitividade dos Estados de 2015 organizado pelo CLP - Centro de Liderança Pública, em parceria com a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), Economist Intelligence Unit e Tendências Consultoria Integrada, a FIRJAN elaborou o Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, apresentando 46 propostas e 158 ações para melhorar a situação do estado frente a outros, no período 2016-2025. Algumas destas propostas estão listadas abaixo:

- Adequação da logística e da mobilidade urbana – construção de uma nova pista da BR-116.
- Implantar ligação de passageiros de alta capacidade com conexões entre Itatiaia, Resende, Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Vassouras;
- Duplicar a BR 116 entre Volta Redonda e Taubaté, em São Paulo.
- Implantar rede ferroviária de passageiros entre São Paulo e Rio de Janeiro, com estações no Sul Fluminense;
- Construir o Arco Rodoviário do Sul, ligando a BR 116, em Volta Redonda, ao Porto de Itaguaí.

- Construir passagem em desnível, conjunto de rotatórias e acessos urbanos na BR 116, no centro de Itatiaia, ligando as ruas São Jorge e Antônio Gomes de Macedo.
- Garantir a estabilidade no fornecimento de energia nas áreas de concentração industrial, nos distritos e condomínios industriais e empresariais;
- Impedir a ocupação irregular, em especial habitacional, nas áreas industriais e seus entornos;
- Agilizar o processo de emissão da outorga de autorização para a captação direta de água pela indústria (construção de poços artesianos, uso de mananciais subterrâneos etc.).

Estas, entre outras demandas estabelecidas e apresentadas pela FIRJAN, segundo a mesma, colocarão o estado em condições de competir com outros estados brasileiros na atração de grandes empreendimentos.

Visando ainda melhorar as condições de competitividade das indústrias da microrregião, algumas empresas do ramo automobilístico se associaram formando o “Cluster Automotivo Sul Fluminense”. Neste são feitos planejamentos estratégicos e, segundo Paiva (2016), realizadas exigências ao poder público, como por exemplo, a necessidade de melhorar as telecomunicações dos municípios que apresentam poucas torres de retransmissão celular.

A crise em que o Estado se encontra também teve impactos sobre as concessões fiscais realizadas pelo Estado. Nos anos recentes houve a edição da Lei nº 7.495/2016 pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) na qual o estado fica impedido de conceder novos incentivos fiscais, financiamentos fomentos econômicos ou investimentos estruturantes (pelo RIOINVEST) por dois anos. No mesmo ano o Tribunal de Justiça proibiu a concessão, a ampliação e a renovação de incentivos por parte do Estado, mas tal medida foi revogada em 2017. Entretanto, tal situação criou certa instabilidade na relação da FIRJAN com o Estado, mas ao mesmo tempo essa Federação parece estar certa de que as demandas por infraestruturas estabelecidas por ela serão atendidas.

A atuação dos órgãos públicos estaduais e municipais sozinhos ou em parcerias com órgão privados, ao criarem mecanismos que facilitem políticas de agregação industrial através do planejamento e incentivos fiscais, pode comprometer o desenvolvimento local, ao se basear na presença destas grandes indústrias em seus territórios, uma vez que principalmente o setor

automobilístico, possui baixo grau de enraizamento na região em que se instala, podendo em decorrência da fácil mobilidade de sua planta buscar outras regiões com maiores atributos locacionais, salários mais baixos, terras mais acessíveis ou incentivos fiscais mais interessantes (FERREIRA, LEOPOLDINI e AMARAL, 2012). Diante disso, a análise da relação entre esses empreendimentos e o desenvolvimento local faz-se de extrema importância ao permitir refletir sobre futuros impactos destas políticas nos municípios.

### **3. O USO DO TERRITÓRIO E OS INCENTIVOS**

Quando se analisa o uso que as empresas multinacionais fazem do território de Itatiaia depara-se com o aproveitamento de infraestruturas presentes ou criadas; o ambiente político e financeiro criado para atraí-las e as exigências para melhoramento de infraestruturas físicas e sociais independentemente da situação financeira atual em que se encontra o estado do Rio de Janeiro.

Inseridas em sua lógica territorial própria, estas empresas imprimem no município uma lógica global, voltada para aspectos particularizados, aprofundando o uso diferencial e hierárquico do território, ao considerar vantagens comparativas locais (técnicas e políticas) que, entretanto, nas circunstâncias atuais da globalização, podem ser rapidamente alcançadas ou perdidas na combinação de circunstâncias do mercado global e decisões do âmbito nacional e local (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

A presença destas empresas em Itatiaia se deu de forma rápida, a partir do momento em que o município entrou na “guerra dos lugares” oferecendo uma série de vantagens capazes de o fazer competir e ganhar a disputa por abrigar esses empreendimentos. Vale ressaltar que é só a partir da criação de um programa de incentivos fiscais combinada com as infraestruturas básicas que já havia (rodovia, ferrovia e fornecimento de energia elétrica de qualidade) e a garantia por parte da prefeitura da criação de outras infraestruturas (fornecimento de energia a gás, construção de trechos de rodovias etc.) que estas empresas escolhem o município.

Até então, mesmo que já houvesse duas empresas internacionais (Xerox e Michelin) e a posição geográfica deste já despertasse o interesse de multinacionais, principalmente do setor automobilístico, nenhuma empresa de grande expressão se instalou em Itatiaia. Estas preferiram os municípios vizinhos de Resende e Porto Real, que ofereceram garantias financeiras e físicas (tanto os municípios como o Estado) que os fizeram vencer competições para sediá-las.

A partir de 2009 é que Itatiaia cria seu programa de incentivos com respectivo sucesso, uma vez que, em um período de oito anos, seis grandes empresas nacionais e internacionais se instalaram em seu polo industrial.

Esse fato, evidencia o grau de seletividade territorial que as multinacionais possuem, escolhendo pontos que consideram instrumentais para sua existência produtiva, se aproveitando da “guerra fiscal” para especular com os lugares e aproveitar das virtualidades presentes, dos conteúdos materiais e imateriais, da possibilidade de ação e de uso, que possibilitarão maior eficácia nos investimentos (SILVA, 2005, p.10 e p.22).

Uma vez instaladas, essas empresas induzem a mudanças políticas, econômicas e sociais incidindo sobre o emprego, o consumo, as infraestruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, os gastos públicos que privilegiam seus interesses, o comportamento de outras empresas na imagem do lugar e nos comportamentos coletivos e individuais (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Até 2009, tinha-se grande parte da população empregada na indústria de transformação, administração pública e setor de serviços, a arrecadação de impostos no âmbito da prefeitura era tão elevada quanto os recursos que esta recebia do Estado do Rio de Janeiro, o PIB apresentava crescimento lento, com maiores contribuintes os setores de serviços e indústria. Após este ano, com a chegada desses empreendimentos, a quantidade da população empregada nestes setores continuou aumentando, a arrecadação de impostos municipais que já havia caído em 2004 continuou baixa e a dependência em relação às transferências do Estado aumentou. O PIB no setor de serviços foi o que mais cresceu sendo hoje o setor mais importante da economia municipal.

Os indicadores demográficos e sociais apresentaram melhorias desde a emancipação do município. Entretanto, não se pode afirmar baseada somente nestes dados, que essa melhoria possa estar associada somente a investimento da prefeitura em infraestruturas de atendimento à população, uma vez que por se localizar muito próximo a Resende, a população possa buscar melhores infraestruturas lá.

Que a prefeitura gasta com as demandas das empresas fica claro, quando se analisa os incentivos oferecidos que refletem na sua baixa autonomia em relação às suas próprias despesas. Ao conceder redução ou isenção total dos impostos que recolhe (ISS, ITBI e IPTU) e das taxas

municipais, além de repassar até 75% do ICMS de volta para empresas situadas em estabelecimentos de terceiros, a prefeitura reduz a entrada de recursos em seu orçamento e ainda cede parte do território para a implantação de empreendimentos que “dispõem de menor contingente de força de trabalho, mas apesar disso, têm grandes índices de produtividade” (ANTUNES, 2002).

Gerando empregos em um número inferior ao que poderia, ao que parece, estas empresas praticamente recebem para se instalarem no município e sua presença não se traduz em aumento das receitas próprias arrecadadas colocando em questão o objetivo de alcançar o “desenvolvimento econômico e social” pregado pelos governos municipal e estadual, pela CODIN e pela FIRJAN.

Essa situação já é criada com prazo estabelecido para acontecer: cinquenta, vinte e cinco, quinze, dez anos de isenção parcial ou total de impostos. Isso somado às exigências de melhorias de infraestruturas dessas empresas, que ameaçam (indiretamente) sair se não forem atendidas.

O papel que o território desempenha para essas multinacionais é o de mera base de operações, onde estas vão arrastar em sua lógica territorial, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços e influenciar o comportamento do poder público, indicando-lhe formas de ação subordinadas, executando assim, um comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Em Itatiaia esse comando é realizado principalmente pelas empresas automobilísticas, que, a partir do anúncio de instalação, têm suas demandas prontamente criadas: obra de fornecimento de energia a gás e a construção da Avenida Industrial Alda Bernardes são exemplos disso. Estas, ainda se associaram a outras empresas ligadas ao setor para formar o Cluster Automotivo Sul Fluminense e aumentar seu poder de uso do território ao realizar exigências aos poderes públicos de aparatos necessários à melhor competitividade e desempenho destas.

Este poder (competitivo), as colocam em condições de controlar os recursos que lhes são necessários, mas que também são necessários a outras empresas. Mas as infraestruturas criadas não deixam de beneficiar outras. A ARNO e outras empresas menores, instalada ao lado da Jaguar Land Rover se beneficiam da criação da Avenida Industrial por demanda da primeira. A P&G, primeira multinacional a utilizar o PRODEMI, implantou seu centro de distribuições

próximo à Michelin presente no município desde a década de 1980 e com vias de circulação já estruturadas.

A presença do centro de distribuições da P&G e da Rayovac já indicam as vantagens de se instalar ali tanto em infraestruturas voltadas para a circulação de mercadorias, como a proximidade com grandes mercados consumidores e um ambiente fiscal que também as favorecem. A Rayovac por exemplo, recebe dentro do PRODEMI repasses do ICMS de volta, por estar situada em um imóvel alugado. Ela gerou inicialmente 50 postos de trabalho direto.

Há uma drenagem de recursos sociais para atender as exigências do setor privado e para atraí-lo, mediante um discurso oficial de que tais empresas são essenciais ao desenvolvimento econômico e social dos lugares por trazerem emprego e modernidade, e por isso são indispensáveis (SANTOS, 2008). Este discurso é tanto das empresas quanto dos governos e demais instituições que defendem interesses privatísticos em detrimento de interesses sociais.

Assim, os gastos públicos com a criação dessas condições, passam a ser vistos como “fundamental e normal” para os gestores, como os que estavam à frente da prefeitura e Secretária de Desenvolvimento Econômico de Itatiaia na época de implantação do PRODEMI. A contestação de que esses empreendimentos trazem instabilidade às contas públicas é veemente negada pela FIRJAN por exemplo, que afirma que sem esses empreendimentos a arrecadação de impostos seria igual a 0 e “antes ter menos, do que nada”.

O que se gasta na criação de infraestruturas físicas e sociais para atender essas empresas não é levado em conta. Itatiaia fornece cursos gratuitos à população preparando a mão-de-obra para trabalhar nessas empresas. A contribuição (obrigatória) destas últimas para ajudar nos custos é de 5% de recursos. A infraestrutura de canalização de gás que teoricamente atenderia à população, indústrias e postos de abastecimento só chegou até o polo industrial de Itatiaia, a prefeitura entrou como parceira de outra empresa privada para a construção e efetivação da obra. Entrou como parceira também, da Pátria Investimentos na construção de um condomínio empresarial privado no município.

Além disso, cabe às fábricas de Itatiaia montar carros, eletrodomésticos, distribuir produtos etc. O desenvolvimento de pesquisa, marketing, comercial e financeira são desenvolvidos nos grandes centros Rio de Janeiro ou São Paulo. A qualificação da população itatiaense que as empresas precisam, é voltada para as primeiras atividades específicas. O município, não conta

com instituições de ensino superior por exemplo, e mesmo que a prefeitura busque estabelecer parceria com instituições de ensino superior privado, isso não é exigência para as multinacionais de Itatiaia.

A atuação da prefeitura, juntamente com o Estado e demais instituições diante da especulação que estas empresas realizam com os lugares, foram essenciais para garantir a escolha do município para implantação, e são essenciais para garantir a permanência e desenvolvimento destes no mesmo uma vez que, se as condições que as fizeram escolher determinado local deixarem de ser vantajosas essas empresas ameaçam ir embora. Além disso, suas “formas de atuação ao estabelecerem metas específicas e buscarem incessantemente o aperfeiçoamento e a adaptação ao mercado global, segundo regras de competitividade” cria instabilidade nos territórios (SANTOS, 2008).

Têm-se a necessidade de se renovar e ampliar obras sobre o território, representadas pelas propostas de ações elaboradas pela FIRJAN para melhorar a competitividade do Estado mesmo que este se encontre em dificuldades financeiras. A elaboração destas propostas ocorreu no mesmo período em que se anunciou a crise do estado do Rio de Janeiro, que gerou questionamentos sobre os gastos com as empresas e induziu a um movimento de suspensão de futuros benefícios, que não durou muito tempo.

Em justificativa do porquê manter incentivos fiscais, a FIRJAN deixou claro que a entrada dos empreendimentos no Estado foi baseada nestes e que a proibição da concessão, a ampliação e a renovação de incentivos por parte do Estado o colocava em risco de esvaziamento econômico diante da saída desses empreendimentos na guerra fiscal.

O território inserido na lógica destas empresas é abandonado assim que as condições deixam de ser vantajosas. A chegada da ARNO em Itatiaia exemplifica bem isso. Após 70 anos localizada em São Paulo, o Grupo SEB anunciou a saída desta, do bairro da Mooca. O desemprego gerado variou entre o que a empresa e o que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo declaram (450 e 2 mil afetados respectivamente). A empresa lamentou e apresentou como justificativa para a ação as vantagens operacionais e logísticas que Itatiaia oferece.

Diante desse baixo enraizamento que possuem, principalmente o ramo automobilístico, os governos precisam manter as condições favoráveis e estão cientes disso desde a implantação das empresas. Itatiaia precisa manter e aprofundar as condições que ela mesmo criou para atraí-las,

mantendo sua competitividade. Caso isso não ocorra, as empresas podem deixar seu polo industrial e ir para outras áreas mais vantajosas, e o impacto disso no município pode ser grande, uma vez que principalmente o setor de serviços, maior contribuinte da economia hoje, apresentou crescimento a partir do PRODEMI, e grande parte da população está empregada nestas empresas. O município seguiu após um tempo, os caminhos da dinâmica que a microrregião do Vale do Paraíba Fluminense vinha apresentando, com a chegada de grandes empresas de variados setores em seus territórios o que o levou a estar presente no ranking das “*Latin American States of the Future*” (Cidades Americanas do Futuro), em 2013. Isso ocorreu de forma muito rápida.

A busca por incentivar outros setores por parte da prefeitura parece ser mais uma adaptação às condições atuais do estado e da microrregião (e também do país, em que o desempenho na economia apresentou queda no PIB em 2015). O fato de o setor de comércio e serviços ser os setores que mais empregaram em 2018 nos municípios vizinhos, fez a prefeitura municipal procurar desenvolver esse setor no município.

O desenvolvimento de outros setores também é incentivado pela atual gestão, principalmente a agropecuária, o microempreendedorismo, o turismo. Este último parece ser a nova grande aposta do município para alcançar o tão sonhado desenvolvimento.

Itatiaia não recebeu, nos últimos dois anos, nenhuma grande multinacional como vinha ocorrendo nos anos anteriores. Entretanto, sua política de incentivos fiscais permanece. O comprometimento de sua receita própria e as exigências das empresas já instaladas por melhorias continuam. Algumas dessas empresas se associam com outras, extrapolando o território municipal e fazendo exigências que afeta toda a microrregião e áreas próximas.

Até 2018, estas não foram atendidas pelos governos. Esses comandos externos aos lugares, são ações de empresas pouco preocupadas com a vida nestes e que ditam algumas regras novas de funcionamento, e os governos às recebem (IBAÑEZ, 2006). Caso isso ocorra e os governos realizem tais obras, o uso corporativo do espaço se fortalecerá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou ser uma análise sobre o uso que as multinacionais fazem do território itatiaense ao se apoiarem em incentivos fiscais e a relação que o município mantém com elas, entendendo que em um cenário de guerra fiscal, e mais que isso, de “guerra dos lugares” em que só incentivos fiscais não são suficientes para atraí-las (SANTOS e SILVEIRA, 2012; IBAÑEZ, 2006), a dependência que o município possa assumir em relação a estas é altamente danosa à sua população e ao Estado do Rio de Janeiro.

Longe de esgotar o tema, nesta pesquisa foram reunidos fatos que vem ocorrendo em Itatiaia que, em aspectos gerais, não diferem de situações já abordadas na literatura. A utilização dos incentivos, as exigências em infraestruturas, a rápida valorização, o comprometimento dos gastos públicos, a agregação de empresas de mesmo setor etc. Esses processos são recentes no município estudado, e por isso suas análises ainda são escassas.

O assunto é amplo e diante das múltiplas questões que envolvem a presença destas empresas no território, sua estruturação, organização e formas de atuação, que variam de setor para setor, esbarra-se em questões que exigem análises mais aprofundadas. A forma como cada empresa reage e se relaciona com o município frente a questões do mercado global, de questões nacionais e regionais, a relação da prefeitura e do desenvolvimento local diante dos avanços e retrocessos a partir da instalação destas empresas apresentados no presente trabalho; a dependência da receita do município em relação a transferências externas, que em vez de aumentarem diante da presença de desses empreendimentos ali, baixaram; a presença de Itatiaia em um ano isolado no ranking das cidades americanas do futuro, o que não ocorreu com nenhum dos municípios da microrregião são alguns desses fatores.

Um estudo sobre o setor de serviços e a relação deste com as multinacionais, uma vez que este apresentou crescimento considerável de participação no PIB desde a instalação da Volkswagen e da Peugeot nos municípios vizinhos, e aumentou mais ainda a partir de 2009.

O aprofundamento da divisão territorial do trabalho e a criação de subespaços especializados e a criação de clusters também são questões a serem aprofundadas. O conhecimento sobre essas práticas utilizadas em escala nacional, nos permite refletir sobre os possíveis impactos futuros das políticas de incentivos fiscais e territoriais nos lugares e no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.23-45, jul/dez. 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). 2019. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>

BENTES, Júlio Cláudio da Gama. **Dispersão urbana no Médio Paraíba Fluminense**. 2014. 431p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

CODIN; **Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.codin.rj.gov.br/> Acesso em: Agosto de 2019.

DANTES, Maria Amélia M.; SANTOS, Joseleide Souza. Siderurgia e tecnologia (1918-1964). In: MOTOYAMA, Shozo (Org.) **Tecnologia e Industrialização no Brasil: Perspectiva histórica**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994, Parte II, Cap. 1, p.209-232.

DEAK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil: Falas e Façanhas. In: DEAK, C; SCHIFFER, S.R. **O processo de urbanização no Brasil**. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 2010, p.9-18.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.6, nº1, p.77-100, jul. 1996.

DULCI, João Assis. **Configurações do desenvolvimento em duas novas regiões automobilísticas: Sul Fluminense e Camaçari (BA)**. Revista de Ciências Sociais, nº 48, janeiro/junho de 2018, p. 75-94.

FERREIRA. André; LEOPOLDINI, Maria Antonieta; AMARAL, Marcelo Gonçalves do; **Poder Público Municipal e Desenvolvimento Regional: Um Estudo de Caso na Região do Vale do Paraíba Fluminense**. In: Encontro de Administração pública e governo. 2012. Salvador/BA.

FERRARI, Sérgio. Criação de municípios e debate científico: entre mitos e métodos. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 53, n. 211, p. 55-80, jul. /set. 2016. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril\\_v53\\_n211\\_p55.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p55.pdf)

FIRJAN; **Federação Das Indústrias do Estado do Rio De Janeiro**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/pagina-inicial.htm> Acesso em: setembro de 2019.

HARVEY. David. A Geopolítica do capital. In: **A produção do espaço capitalista**. Trad: Carlos Szlak- São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e adjacências) p.129 a 162.

IADEROZZA, Fábio Eduardo. O Consenso de Washington e o Debate Sobre o Sistema de Patentes no Brasil Durante a Década de 1990: A Privatização da Biodiversidade Nacional. In:

Rodrigues, Arlete M.; Toledo, Marcio; Souza, Edson B. C. de (Org.). **Problemática Ambiental Urbana: abordagens contemporâneas**. Textos Didáticos, nº 63, dezembro, 2007.

IBAÑEZ, Pablo. **Território e Guerra fiscal: A perversidade dos incentivos territoriais**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo/SP.

IBGE; **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: agosto de 2019.

ITATIAIA. **Lei complementar nº 018**. Julho/2009. Institui e regulamenta o Programa de Desenvolvimento Econômico do Município de Itatiaia, PRODEMI, e dá outras providências. Itatiaia/RJ.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 027**. Junho/2014. Dá nova redação à Lei Complementar nº 018 de 10 de junho de 2009 na forma específica. Itatiaia/RJ.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura Municipal de Itatiaia**. Disponível em: <https://itatiaia.rj.gov.br/> Acesso em: Agosto de 2019.

KATINSKY, Júlio Roberto. Ferrovias Nacionais. In: MOTOYAMA, Shozo (Org); **Tecnologia e Industrialização no Brasil: Perspectiva histórica**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994, Parte I, Cap 2, p.37-65.

KUHL, Júlio César Assis. Energia Elétrica. In: MOTOYAMA, Shozo (Org) **Tecnologia e Industrialização no Brasil: Perspectiva histórica**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994, Parte II, Cap 3, p.251-293.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais no Brasil. In: MORAES, Antônio Carlos Robert de **Território e História no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Anablume. 2005. Cap.6 p.91-103.

PAIVA, Alexandre Duarte de. **O cluster automotivo sul fluminense: experiência de aglomeração industrial ou ação coletiva empresarial?** 2016. 115p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda/RJ

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.) **Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos sociais da implantação do polo automotivo Sul Fluminense**. Rio de Janeiro: Mauad X, 239 p.2006.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **Reestruturação produtiva e des-territorialização no Médio Vale do Paraíba Fluminense**. 2005. 170p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Lei nº 6662**. 08 de janeiro de 2014. Concede tratamento tributário especial à sociedade Jaguar Land Rover. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/bbd7f95d9f0e575583257c5f0058111b?OpenDocument&Highlight=0,6662>

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro: Itatiaia**. Acesso em: setembro, 2019. Disponível em: [https://www.tce.rj.gov.br/estudos-socioeconomicos1?p\\_auth=KfH8m7J1&p\\_id=estudosocioeconomicomunicipios](https://www.tce.rj.gov.br/estudos-socioeconomicos1?p_auth=KfH8m7J1&p_id=estudosocioeconomicomunicipios).

RIO, Gisela Aquino P. do. Estrutura organizacional e reestruturação produtiva: Uma contribuição para a Geografia das corporações. **Revista Território** – UFRJ, Rio de Janeiro, Ano III, nº 5, p. 51-66, jul/dez. 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. A questão: o uso do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma ordem espacial: a economia política do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.289-325.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.96p.

SILVA, Clayton Luiz. **Alienação e uso corporativo do território de São Paulo**: incentivos territoriais e investimentos provados. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas/SP. 2005.

TOZZI, Fábio; O território como recurso: a privatização das telecomunicações no Brasil. Do leilão dos fragmentos à totalidade do território. **Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 47-66, jul./dez. 2009.

VARGAS, Milton; Construção de estradas. In: MOTOYAMA, Shozo (Org) **Tecnologia e Industrialização no Brasil**: Perspectiva histórica.1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994, Parte I, Cap 6, p.137-156.

VARGAS, Milton; KATINSKY, Júlio Roberto; NAGANIMI, Marilda. Indústria da Construção e a tecnologia no Brasil. In: MOTOYAMA, Shozo (Org) **Tecnologia e Industrialização no Brasil**: Perspectiva histórica.1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994, Parte I, Cap. 1, p.29-36.